

MEDITAÇÕES MEDITAÇÕES PANDÊMICAS:

Solilóquios de um professor de
filosofia em quarentena

Marcos Giusti

 **Atena**
Editora

Ano 2021

MEDITAÇÕES MEDITAÇÕES PANDÊMICAS:

Solilóquios de um professor de
filosofia em quarentena

Marcos Giusti

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

O autor

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eiel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Meditações pandêmicas: solilóquios de um professor de filosofia em quarentena

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Autor: Marcos Giusti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G538 Giusti, Marcos
Meditações pandêmicas solilóquios de um professor de filosofia em quarentena / Marcos Giusti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-278-1
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.781210507>

1. Meditação. 2. Filosofia. 3. Pandemia. I. Giusti, Marcos. II. Título.

CDD 158.128

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o estado de pandemia de Covid-19. No Brasil, foi publicado o Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, reconhecendo o estado de calamidade pública, em decorrência da pandemia de Covid-19. Desde então, o mundo e o Brasil tiveram que lidar com um doloroso processo que transformou por completo a vida de bilhões de pessoas. Como consequência dos perigos iminentes de contaminação e morte pelo Sars-CoV-2, alguns países recorreram a fechamentos totais ou parciais, obrigando suas populações a cumprirem longas quarentenas. O caso exótico do Brasil, onde o governo federal adotou uma postura negacionista em relação à pandemia, obrigou os entes federativos a procurarem seus próprios meios para lidar com a situação.

O resultado catastrófico do negacionismo do governo federal, centrado na figura do presidente da república, produziu até hoje, maio de 2021, mais de 411 mil mortes. No curso desse processo, estados e municípios elaboraram seus próprios protocolos de segurança, estabelecendo, quando necessário, maior ou menor restrição à circulação das pessoas. Ainda assim, num país tão desigual do ponto de vista social, uma grande parcela do povo – aqueles que não perderam o seu trabalho em meio à catástrofe sanitária – continuou se expondo ao vírus nos péssimos meios de transportes das nossas grandes cidades, contribuindo para o crescimento exponencial de casos e de mortes.

Nesse período, o sistema educacional nacional também sofreu com as consequências da pandemia. Algumas escolas conseguiram migrar para o ensino remoto, outras, majoritariamente escolas públicas municipais e estaduais, simplesmente cerraram as suas portas abandonando milhares de alunos à própria sorte.

Sou professor de Filosofia do Colégio Militar do Rio de Janeiro e desde 16 de março de 2020 tenho trabalhado de maneira remota. Ao longo desse tempo, me dediquei a acompanhar as notícias sobre a pandemia e a meditar sobre os mais variados temas.

Neste volume, encontram-se as minhas “meditações pandêmicas”, que consistem em postagens que fiz nas redes sociais enquanto permanecia em casa cumprindo a quarentena. Espero que elas possam, de alguma forma, servir de incentivo para que não abandonemos a reflexão, mesmo em face de situações calamitosas. Pensar ainda é um dos atos mais poderosos que um ser humano pode realizar. Pensemos, pois.

SUMÁRIO

20/03/20	1
21/03/20	3
23/03/20	4
27/03/20	5
29/03/20	6
30/03/20	7
31/03/20	8
02/04/20	9
05/04/20	10
06/04/20	11
08/04/20	12
09/04/20	13
13/04/20	14
15/04/20	15
20/04/20	16
21/04/20	17
24/04/20	19
28/04/20	20
29/04/20	21
01/05/20	22
05/04/20	23
06/05/20	24
07/05/20	26
13/05/20	27
16/05/20	28
17/05/20	29
18/05/20	30
20/05/20	31
21/05/20	32
27/06/20	33

28/06/20	34
29/06/20	35
30/06/20	36
03/07/20	37
05/07/20	38
06/07/20	39
07/07/20	40
10/07/20	42
14/07/20	43
15/07/20	44
17/07/20	45
19/07/20	46
20/07/20	47
21/07/20	48
22/07/20	49
23/07/20	50
26/07/20	51
27/07/20	52
28/07/20	53
30/07/20	54
31/07/20	55
04/08/20	56
07/08/20	57
08/08/20	58
09/08/20	60
11/08/20.....	61
25/08/20	62
26/08/20	63
27/08/20	64
27/08/20	65
28/08/20	66

29/08/20	67
31/08/20	68
01/09/20	69
03/09/20	70
04/09/20	71
05/09/20	72
06/09/20	73
07/09/20	74
10/09/20	75
11/09/20.....	76
12/09/20	77
13/09/20	78
15/09/20	80
16/09/20	81
19/09/20	82
21/09/20	83
22/09/20	84
24/09/20	85
25/09/20	86
26/09/20	87
27/09/20	88
29/09/20	89
30/09/20	90
01/10/20	91
03/10/20	92
05/10/20	93
06/10/20	94
12/10/20	95
13/10/20	96
14/10/20	97
15/10/20	98

17/10/20	99
18/10/20	100
20/10/20	101
22/10/20	102
23/10/20	103
24/10/20	104
26/10/20	105
27/10/20	106
28/10/20	107
29/10/20	108
30/10/20	109
05/11/20.....	110
06/11/20.....	111
09/11/20.....	112
10/11/20.....	113
11/11/20.....	114
15/11/20.....	115
16/11/20.....	116
18/11/20.....	117
19/11/20.....	118
21/11/20.....	119
23/11/20.....	120
26/11/20.....	121
27/11/20.....	122
29/11/20.....	123
30/10/20	124
04/12/20	125
05/12/20	126
06/12/20	127
07/12/20	128
08/12/20	129

11/12/20.....	130
12/12/20	131
13/12/20	132
14/12/20	133
16/12/20	134
01/12/21	135
05/01/21	136
06/01/21	137
07/01/21	138
09/01/21	139
11/01/21.....	140
13/01/21	141
14/01/21	142
15/01/21	143
17/01/21	144
18/01/21	145
20/01/20	146
22/01/21	147
23/01/21	148
28/01/21	149
30/01/21	150
31/01/21	151
01/02/21	152
03/02/21	153
04/02/21	154
06/02/21	155
07/02/21	156
08/02/21	157
09/02/21	158
10/02/21	159
11/02/21.....	160

12/02/21	161
13/02/21	162
15/02/21	163
16/02/21	164
17/02/21	165
20/02/21	166
22/02/21	167
08/03/21	168
12/03/21	169
15/03/21	170
17/03/21	171
18/03/21	172
SOBRE O AUTOR.....	173

Enquanto o vírus não chega

Isolam-se os que já estavam isolados, embora misturados ao grande número. Números primos, incompartilháveis, ensimesmados e, agora, completamente sozinhos em sua ontológica solidão. O vírus os espreita indistintamente.

Trancados em si mesmos, desterrados na aridez de uma espera angustiante, fingem o que não são. Em face do completamente outro, do estranho que pode chegar a qualquer instante, sem aviso prévio, tremem o pavor do desconhecido.

Junto aos muros convencionais outros muros mais altos são erguidos. No seu interior, crispados pelo terror, padecem solitários enquanto aguardam. O que aguardam? Já não importa. O outro, o estrangeiro, o irremediavelmente diferente, já está ali, revela-se em cada rosto refletido no espelho. O vírus, com seu poder letal, é apenas uma metáfora. O que é real é o estranhamento em relação a si mesmos. Enquanto o vírus não chega, exercitemos a sabedoria délfica, γνῶθι σεαυτόν.

*

As invasões bárbaras

Uma pergunta tem me obsediado: como chegamos até aqui? Trocando em miúdos, como podemos conviver, sem muito estranhamento, com a barbárie e com esse processo de destruição dos valores humanistas e civilizatórios? Como chegamos a normalizar o que deveria ser a exceção? Em suma, como nos tornamos tão insensíveis às chagas que nos maculam enquanto civilização?

Lembrei-me, de imediato, do poema de Konstantinos Kaváfis, “À espera dos bárbaros”. Nele, o poeta grego metaforiza a experiência de uma sociedade humana refém do medo do infável fim de sua própria experiência civilizatória. Esse medo é transferido para o outro, o estrangeiro, o bárbaro, que logo estará às portas da cidade. Enquanto esperam, angustiados, a chegada dos bárbaros, os cidadãos expõem toda a frivolidade que tomou conta de sua civilização. Cada pequeno gesto, cada pomposa indumentária, retrata o vazio em que essa sociedade se encontra mergulhada.

A espera angustiante, mas ao mesmo tempo esperançosa de redenção - porque sua grandeza, sua marca civilizatória, embora em face da sua destruição, se contrasta com a desrazão bárbara - enfim frustra-se: não há mais bárbaros.

A decadência esperada, heroica, diante da qual se manifestaria um grandiloquente fim, não passa de um pálido reflexo especular de si mesma. O fracasso civilizatório não provém da ação do outro, mas advém de uma fraqueza interna, da ruína dos valores autênticos que sustentaram essa civilização.

É assim que percebo a nossa espera pelos bárbaros. Como a civilização do poema de Kaváfis, ansiamos por uma justificativa externa para a nossa própria decadência. E, assim como no poema, os bárbaros não chegam. Não há bárbaros para além das nossas

fronteiras. Sem percebermos, convertemo-nos, nós, em bárbaros, em homens alheios à civilização. Normalizamos atos incivilizados, justificamos a violência, aderimos aos insultos, perdemos a sensibilidade para os valores humanistas que um dia iluminaram nossos horizontes.

Não foi a barbárie que atingiu o coração da civilização. Antes, foi a civilização que, abrindo mão dos valores que a sustentavam, abraçou a barbárie como modo de vida. Então, assim como no final frustrante do poema, “sem bárbaros o que será de nós?/ Ah! eles eram uma solução”, estamos irremediavelmente entregues à nossa própria sorte. Ou compreendemos aquilo no que nos tornamos, ou...

21/03/20

A Fragilidade Democrática

A democracia é o único regime político autenticamente dialético. Menos por permitir o embate de ideias contrárias - que é de sua própria essência -, mas por possibilitar que a contradição passe do nível das ideias para o dos fatos. Explico-me. A democracia é o único regime político que permite a ascensão do seu contrário, por meio de suas próprias regras.

23/03/20

Dizem que entre ser e ter é melhor ser. Eu prefiro, certamente, ter. Ter em demasia tudo que é intangível e necessário. De modo que, de tanto ter, ao distribuir o que tenho, e que aos outros tanto falta, eu possa lhes dar o que nunca teriam, ainda que tivessem tudo.

Os “invisíveis” da sociedade não passaram a existir somente hoje, com a crise do covid-19. Eles sempre estiveram por aí, às nossas vistas. Mas exercemos uma espécie de cegueira seletiva. Como escreveu Aldous Huxley, “a hipocrisia, além de ser a homenagem que o vício presta à virtude, é também um dos artifícios com que o vício se torna mais interessante”. Eis, então, que os “invisíveis” ganharam visibilidade nos discursos daqueles que se mostram comovidos pelo que lhes falta nesse momento de crise, mas que visam por seu (do discurso) intermédio apenas seus próprios benefícios. O falso moralista é tão-somente um cínico oportunista.

*

A moral utilitária - que pode ser resumida pela máxima “o maior bem para o maior número” - é de fácil adesão. Os números, tanto o maior quanto o menor, são impessoais. Acontece que a tragédia humana tem sempre uma face. Não é apenas uma porcentagem que morre. Quem morre é cada pessoa humana, com a sua inalienável dignidade. O que fariam os defensores dos números impessoais diante de uma tragédia pessoal? Se alguém que lhes é caro ou cara tivesse que padecer em casa por falta de leitos de UTI, em decorrência de uma rápida disseminação do vírus? Contariam essa pessoa querida como estatística? Permaneceriam na tranquila contagem impessoal?

Para uma psicologia da admiração:

Admirar é compartilhar com alguém uma mesma visão de mundo, é dividir com alguém os mesmos valores. A admiração é uma visão especular, onde se fundem o contemplador e o contemplado. É o desejo da universalização do mesmo. Em resumo, digas quem tu admiras, que eu te direi quem és.

*

Para uma ontologia do tempo:

O tempo existe na exata medida em que existimos. Fora de nós o tempo não é nada. Ele é o sentido interno da passagem; e quem passa somos nós. O que é a cronologia de uma existência, senão a soma de todas as suas memórias? As memórias e lembranças são as estruturas que dão sentido temporal à existência. Quando dizemos, por exemplo, que o tempo voa, não é nada exterior a nós que se torna mais acelerado. É a nossa percepção interna da passagem que se altera. Quanto mais memórias e lembranças temos, quanto mais nos ocupamos com elas, maior a sensação de que a passagem se acelera. Somos matéria. Partículas, átomos, moléculas, células, organismos. Nossa psicologia também tem uma dimensão orgânica, portanto material. Tudo o que é material tem uma duração. Assim, o que chamamos de tempo nada mais é do que a duração da passagem.

30/03/20

Para uma metafísica da indigência:

O verdadeiro indigente não é o despossuído de bens materiais, mas o despossuído de espírito.

*

Elogio da brevidade:

Como a bolha de sabão que flutua bela e perfeita e logo explode, assim breve é a vida humana em face da eternidade.

*

Do Bestiário Hagiográfico:

Que mau destino teve o bode neste planeta. Da embriagante flauta de Pã, na Grécia, à representação medieval do capeta.

*

Para uma poética do tempo:

Tempo é sentimento esvaído. É a sensação da fuga de um instante vivido, apenas revivido na memória.

31/03/20

Vida nua e homo sacer são conceitos interligados no pensamento de Giorgio Agamben. Remetem a uma vida reduzida aos aspectos fisiológicos, fora da jurisdição da cidadania. São vidas-quase-morte. Nesses tempos de quarentena, a matéria do pensamento se torna carne.

02/04/20

Reflexão para esses dias:

A solidão é um pharmakon. Na dose certa é terapêutica. Na dose errada é veneno para a alma.

*

A minha utopia

Se eu pudesse escolher, ao invés do Estado mínimo, preferiria mil vezes o Estado nenhum. Mas, como escreveu Plauto, “lupus est homo homini lupus”. A mesma sentença escolhida por Thomas Hobbes para justificar a necessidade do Estado.

A minha utopia, portanto, não contempla uma reforma do Estado - essa possibilidade não é nada utópica. A minha utopia mira a reforma do ser humano, de tal modo que a sentença de Plauto perdesse completamente o sentido.

“In sudore vultus tui vesceris pane donec revertaris in terram de qua sumptus es quia pulvis es et in pulverem reverteris.” (Genesis 3:19)

(“Com o suor do teu rosto tu comerás o teu pão, até que voltes à terra, visto que dela foste tirado; porque tu és pó e ao pó voltarás”.)

Eis que na origem espiritual do Ocidente o trabalho aparece como um castigo. Durante séculos houve um enorme desprezo ao trabalho. Uma alma nobre não deveria trabalhar. Não havia nobreza no trabalho, já que ele resultara de uma punição divina à queda do homem. O trabalho era legado àqueles que não possuíam a “noblesse d’esprit”. Portanto, aos escravos, aos camponeses, aos pobres, aos servos que, por predeterminação divina, serviam aos nobres.

E assim foi até o surgimento do burguês, esse homem que subverteu o valor do trabalho aliando-o à autonomia e à riqueza. Ele trabalhava para si mesmo, servia a si mesmo, e amalhava cada vez mais riqueza. Tanto que, num dado momento, passou a ocupar um lugar parecido com o da antiga nobreza, mas com uma diferença fundamental: os nobres dispunham inteiramente das vidas daqueles que os serviam; o burguês passou a comprar uma parte da vida de quem o servia. Surgiu, assim, o trabalho remunerado.

A esta altura, a condição moral do trabalho havia mudado. Não se tratava mais de um castigo, mas de uma atividade nobre ligada ao progresso da humanidade (agradeçamos à revolução científica essa ideia). Vieram as revoluções industriais, o trabalho nas fábricas, a crescente necessidade de mão-de-obra, extensos turnos de trabalho, e por aí vai, até chegarmos à nossa época.

Hoje, há uma moral do trabalho muito bem consolidada. Ela está introjetada nas subjetividades modernas. Continuamos sendo, a grande parte da população mundial, os servos de novos senhores. Vendemos, de bom grado ou não, parte da nossa vida àqueles que nos remuneram por esse tempo desperdiçado das nossas existências. Criamos rotinas e hábitos em função do mundo do trabalho. De algum modo, somos definidos por nossos papéis nesse mundo.

É, meus amigos, desconfio que o Livro de Genesis está certo. O trabalho foi e continua sendo um castigo. E vejo isso em muitos olhares pelos pontos de ônibus dos grandes centros, em muitos rostos cansados, nos transportes lotados das grandes cidades. Rostos e olhares tristemente resignados de quem acredita que tem que comer o pão de cada dia com o suor do seu rosto.

*

O trágico é o evento universal tornado particular. É o passível de acontecer a todos, acontecendo efetivamente com alguém. Depois de um terremoto contam-se os mortos. Para as estatísticas referentes à efeméride, os mortos são apenas números. Mas para cada família que enterra um dos seus, os mortos têm um rosto humano.

Há aqueles que jogam com a fortuna. Para os quais o trágico não passa de uma hipótese distante. Aqueles que, mesmo em face da tragédia, teimam em ignorá-la. Mas os gregos nos ensinaram, com Édipo, por exemplo, que é próprio do personagem trágico negar o que está diante de si, pretensamente fugindo do seu destino, para, no final de tudo, realizá-lo.

De vez em quando eu tenho que voltar a esta estrofe do Caeiro. Ela me faz recobrar a consciência da alteridade, da minha relação com o outro. Michel Serres escreveu que na origem do homo sapiens estão o abandono e o esquecimento. Numa bela ficção histórica, o filósofo francês narra o hipotético momento em que o primeiro grupo de homos sapiens se levanta, afastando-se do familiar acolhimento da fogueira que os aquece, e decide partir para além do continente africano natal. Alguns anos depois, os descendentes daqueles que ficaram à volta da fogueira já se esqueceram daqueles que partiram. Da mesma maneira que a descendência dos que chegaram a outros continentes não tem sequer a ideia da existência daqueles que foram abandonados. Abandono e esquecimento, eis o que nos caracteriza como espécie. Mas, no fundo, pertencemos a uma mesma e única família: a humanidade.

“Bendito seja o mesmo sol de outras terras
Que faz meus irmãos todos os homens
Porque todos os homens, um momento no dia, o olham como eu,
E nesse puro momento
Todo limpo e sensível
Regressam lacrimosamente
E com um suspiro que mal sentem
Ao Homem verdadeiro e primitivo
Que via o Sol nascer e ainda o não adorava.
Porque isso é natural — mais natural
Que adorar o ouro e Deus
E a arte e a moral...

“O Guardador de Rebanhos”. In Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946 (10^a ed. 1993). - 62.

08/04/20

Do misantropo moderno:

As redes sociais criaram um novo tipo psicológico, o misantropo online. Ao contrário do misantropo clássico, que demonstrava seu desprezo pela humanidade se afastando de qualquer convívio humano, o misantropo moderno se sente confortável com o isolamento dos ambientes virtuais, onde pode destilar seu ódio em grande escala e sem qualquer contato humano.

09/04/20

Pirandello tinha razão: “Così è (se vi pare)”. As crenças e convicções moldam o mundo, e não o contrário.

13/04/20

As pequenas desacontecências diárias me atraem mais do que qualquer grande evento. É na impermanência que a vida prospera.

*

Há mais amor e compaixão na incredulidade de alguns, do que na arrogante fé de tantos outros.

15/04/20

Que experiência instigante é observar. Pôr-se à distância. Não emitir qualquer juízo. Apenas olhar atento a torrente de acontecimentos. Os eventos sucessivos e suas sucessivas interpretações e reinterpretações.

*

A compreensão é um exercício de distanciamento. Compreender é percorrer todo o perímetro do observado. É ver em várias perspectivas.

Quem ainda é capaz de silenciar e observar, em um mundo onde todos querem opinar sem compreender?

20/04/20

De repente, a impressão de, nos últimos trinta anos, ter estado num longo solilóquio.

Sartre e a ideia de liberdade. Pequena contribuição pela passagem dos 40 anos de sua morte (15/04/1980)

De acordo com Sartre, a liberdade tem, para nós, humanos, a um só tempo, uma dimensão ontológica, ética e, por conseguinte, política.

Ontológica, no sentido exato de que toda existência é uma liberdade. Para tomar emprestada uma expressão de Locke, num outro contexto, somos “tabulas rasas”. Ou seja, nossas existências são livros por escrever, cujos autores somos nós mesmos. Escrevemos nossas histórias a partir das escolhas que fazemos, dentro das situações contingenciais em que nos encontramos. Nesse sentido, a liberdade não é um atributo. Não é uma qualidade que se atribui ou não a um sujeito. Todos somos, apenas por existirmos, livres. Somos duplamente projetados: enquanto seres lançados no mundo; e como projetos de existência.

A dimensão ética da liberdade corresponde, ainda como pensava Sartre, à irreduzível responsabilidade individual que temos por nossas escolhas e atos: somos aquilo que escolhemos ser. Como não cessamos de escolher, nossas existências permanecem abertas, inacabadas, passíveis de novas direções, até que a morte nos encontre. Até lá, a responsabilidade por sermos quem somos é toda nossa. Não admitir isso é má-fé.

Por fim, a dimensão política da liberdade diz respeito à situação em que nos encontramos. Somos humanos entre humanos. Nossas escolhas não afetam somente a nós mesmos, mas ainda a todos que nos cercam. Essa ideia estende a nossa responsabilidade para além de nós mesmos. Nossas escolhas nos tornam responsáveis também pelo mundo em que vivemos.

A concepção sartriana da liberdade é extremamente sedutora e, concomitantemente, exigente. Seduz por sua expressão de plenitude: não há, nela, qualquer determinismo. Contudo, exige de nós que a tomemos em nossas mãos e que sejamos os autores das nossas próprias histórias, responsabilizando-nos por cada linha que escrevemos.

De certa maneira, a concepção sartriana da liberdade parece ser a culminância da ideia burguesa de autonomia, iniciada no Renascimento e consolidada pelo Iluminismo. Por outro lado, ela traduz o espírito do pós-guerra e nos coloca diante da áspera certeza de que nossos destinos individuais e o destino do mundo, enquanto experiência coletiva, está unicamente em nossas mãos.

*

Tentamos nos iludir com as mesmas perguntas que as várias gerações, para ficar em um recorte restrito da história, se fizeram nos últimos cem anos, depois de duas guerras mundiais e de tantas outras catástrofes. Elaboramos as mesmas questões sobre o futuro da humanidade, querendo acreditar numa resposta que nos dê esperança quanto ao porvir. Então, nos perguntamos: que mundo emergirá quando essa pandemia tiver passado? Teremos aprendido alguma lição? Tornar-nos-emos mais “humanos”?

Lamento frustrá-los com a minha resposta. Continuaremos sendo humanos. Não

há nada na história humana, pelo menos nos últimos sessenta séculos, que indique uma completa transformação do que se convencionou chamar de “natureza” humana.

Passados os dias de angústia e dor - ou mesmo quando ainda os atravessamos -, poderemos vislumbrar o desprezo humano pela vida. A falta de empatia e de solidariedade. O desejo egoísta de resolver seus próprios problemas às custas de, ou indiferente a, os problemas dos demais.

Continuaremos sendo humanos. Essa espécie que se sente privilegiada, mesmo habitando um minúsculo planeta, num sistema solar periférico da nossa galáxia de mais de duzentos bilhões de estrelas, dentre tantas centenas de bilhões de galáxias.

Continuaremos a exaurir progressivamente os recursos naturais da Terra. Certamente, nalgum futuro remoto, continuaremos espalhando nosso modus vivendi destrutivo por astros vizinhos, quando a Terra não mais nos suportar a todos.

Não, meus amigos, não há nenhuma esperança para nós. Nem a curto, nem a médio e tampouco a longo prazo. Outros vírus, bactérias superresistentes e ameaças invisíveis continuarão a nos fustigar, para que, de tempo em tempo, nos lembremos de quem, de fato, somos.

24/04/20

Quem estudou lógica clássica conhece uma falácia chamada de falso dilema ou falsa dicotomia. Consiste em reduzir uma situação complexa a uma oposição entre duas proposições, como se fossem as únicas, ignorando ou tentando fazer com que se acredite que não há mais alternativas disponíveis.

28/04/20

Heróis tornam-se vilões. Vilões tornam-se heróis. Sempre desconfiei que havia uma tênue linha a separar esses papéis. É como no diálogo entre Andrea e Galileu, na peça de Brecht. “- Infeliz a terra que não tem heróis!”, assevera Andrea. “- Não. Infeliz a terra que precisa de heróis”, retruca Galileu. Quando se esfumam os limites entre heróis e vilões, melhor sempre ficar com a sabedoria de Galileu. Não se negam as virtudes heroicas. Quando circunstancialmente se apresentem, que se as louvem. Nega-se, contudo, a necessidade hagiográfica do herói como salvador. “Duce”, “Führer” ou “Отец народов”, são alguns dos epítetos de tais heróis.

Das afinidades eletivas:

“Diga-me com quem andas e eu te direi quem és”, diz a máxima popular. De fato, escolhemos nos aliar àqueles com os quais temos alguma afinidade, isto é, procuramos nos aproximar daqueles com os quais nos identificamos; com quem compartilhamos ideias e valores; com aqueles que veem o mundo sob a mesma ótica que nós. Isso vale tanto para a vida privada, quanto para a vida pública; para o nosso círculo íntimo de amizades, assim como para as nossas escolhas políticas. Em uma palavra, as afinidades eletivas significam simpatia (do grego *sympatheia*: *syn*, “junto” + *pathos*, “sentimento”).

*

“Homo sum: nihil humani a me alienum puto.” A sentença de Terêncio deveria servir para justificar uma certa compreensão das ações humanas. Afinal, sendo humano, nada que seja atinente à humanidade deveria me ser estranho. De fato, olhando para séculos da história humana, acabo tendo uma ampla noção das atitudes que podem ser tomadas por esse primata com o lóbulo frontal desenvolvido. O seu espectro é enorme. Portanto, não deveria me chocar, como sói acontecer nos últimos dias, com certas manifestações tão vis, tão desqualificáveis, tão abjetas, de alguém que deveria zelar pelo bem estar de milhões de indivíduos. Kant nos deixou um legado extremamente valioso a respeito de valores irrevogáveis e inalienáveis consoantes à pessoa humana, afirmando que devemos tratar a humanidade, seja em nós mesmos, seja na pessoa de outro ser humano, sempre como um fim em si mesmo, e nunca como um meio. Desse princípio será haurida a ideia de dignidade da pessoa humana. E, no entanto, o que assisto nos últimos dias é um ataque frontal a essa dignidade. A morte não pode ser tratada apenas como um caso estatístico. Quando reduzimos a pessoa humana a um número, nós a desqualificamos enquanto unidade autônoma, desumanizando-a. A morte de milhares passa a ser apenas uma ocorrência contingencial de menor importância, porque se torna impessoal.

01/05/20

O que é o Brasil senão o conjunto de brasileiros? O Brasil não existe “in abstracto”, ele é constituído em carne e osso, por pouco mais de duas centenas de milhões de seres humanos. Dentre estes, os cinquenta milhões que esperam nas filas da CEF por um auxílio de seiscentos reais. O Brasil não é os seus símbolos, é a sua gente. Sofrida, humilhada, penalizada pelo abandono de todos nós que deveríamos ter alguma empatia por ela. Nós, que temos condições de exercer com mais efetividade a nossa cidadania, mas que abrimos mão de fazê-lo porque estamos confortáveis com nossas vidinhas medíocres de classe média. Nós, que vamos às urnas como quem vai ao banheiro para se aliviar rapidamente. O Brasil, meus amigos, somos todos nós e nossa responsabilidade para com os outros. Enquanto não entendermos isso, continuaremos acreditando em fabulações nacionalistas, cheias de símbolos vazios de significantes.

No Brasil, por um desvio do significado originário do conceito, estabeleceu-se, no senso comum, o mito da cordialidade do brasileiro. Esse mito despregou-se da concepção original de Sérgio Buarque de Holanda, construindo uma imagem rousseuista do brasileiro como uma espécie de bom selvagem. Nada menos verdadeiro. O homem cordial brasileiro é aquele que abre mão das formalidades racionais nas suas relações em troca de relações privadas, que privilegiam seus interesses particulares, por intermédio da criação de “laços” de amizade oportunistas. Não há, nesse homem, nenhum traço da concepção rousseuista do homem bom por natureza. As manifestações antidemocráticas que temos assistido são uma clara confirmação de que a cordialidade do brasileiro, tal como entendida pelo senso comum, não passa de um mito. Aliás, a partir do desenvolvimento da filosofia entre os gregos, o mito foi, paulatinamente, se distanciando e se opondo ao “logos”. De um lado, um discurso fundado na fantasia e na imaginação, do outro, um discurso racional. Embora limitadora (os estudos antropológicos do mito trouxeram novas e fecundas interpretações sobre esse fenômeno), talvez devamos compreender certos mitos da nossa época à luz da diferenciação entre razão e fantasia. Assim poderemos perceber, como dizia Nietzsche, que os nossos ídolos têm pés de barro. Só falta usar o martelo.

Meus amigos, virtude não se compra na quitanda. Nela, é bem capaz que encontremos listas e mais listas do que é considerado moralmente desejável. No entanto, é preciso ser curioso e perguntar: “- afinal, quem escreveu essas listas? E, ao escrevê-las, o que se pretendia?”

Talvez a nossa curiosidade possa ser parcialmente satisfeita. É muito possível que conheçamos os autores de tais listas e as suas intenções. Quanto mais longe formos, veremos que essas listas começaram a ser escritas por líderes religiosos - sacerdotes e quetais. Também descobriremos que esses primeiros escribas diziam ter recebido uma inspiração divina - de vários deuses ou de um só deus, dependendo para que região do mundo olharmos. E do que tratavam essas listas? Em primeiro lugar, buscavam uniformizar os comportamentos por intermédio da criação de determinados hábitos. Quase sempre essas listas eram restritivas, a negação era a sua condição essencial. E, portanto, qual era a finalidade dessas listas? Produzir uma certa ordem social.

A moral, com sua estrutura deontológica, sempre buscou o domínio sobre os homens.

Outra coisa é a virtude. Aristóteles a definiu como o governo da razão sobre as paixões. Ou seja, a virtude depende menos de mandamentos externos e muito mais da capacidade de discernimento interno de como deve ser o nosso comportamento. Isso pressupõe a autonomia que cada indivíduo possui para agir de acordo com aquilo que considere o razoável, sem ter que ceder à autoridade moral.

Dito de outra maneira, cada ser humano é plenamente capaz de elaborar seus próprios valores pessoais. Contudo, há um limite para a minha ação no mundo segundo os meus valores: o outro.

O outro me lembra de que não estou sozinho no mundo. Se tenho autonomia para criar meus próprios valores, minha autonomia para agir segundo esses valores esbarra na presença de um outro indivíduo humano, igualmente autônomo. Como sair desse impasse entre duas vontades autônomas? Pela reciprocidade dos comportamentos. Devo agir em relação ao outro da mesma forma que espero que o outro aja em relação a mim. Portanto, somos livres para seguir nossos próprios valores, desde que nossa liberdade não interfira na liberdade do outro. Nesse sentido, a virtude exige um duplo reconhecimento. O interno, onde sou de fato livre; e o externo, onde me reconheço como um ser em relação com o outro.

*

Ao pensarmos a vida em sociedade, devemos ser razoáveis e compreender que a igualdade absoluta é uma utopia. Da mesma maneira, precisamos entender que o mérito pessoal só pode ser valorizado dentro de um modelo muito específico de sociedade ideal. Não obstante, em qualquer sociedade a desigualdade é um fator corrosivo se for excessiva. Um dos meios mais eficazes de correção da desigualdade é a cidadania. Nela, e apenas nela, a igualdade deve ser absoluta. Os direitos e os deveres de um cidadão são, também, os direitos e deveres de todos os cidadãos. Numa democracia a cidadania

deve ser sagrada. É preciso resguardá-la e protegê-la. Dito isto, é impossível continuar a aceitar a existência de cidadãos de segunda categoria, no Brasil. Ou mesmo de milhões de pessoas que sequer podem ser consideradas cidadãs, porquanto excluídas de toda dignidade de que a cidadania se reveste. Olhem as filas nas portas das agências da Caixa Econômica Federal. É o retrato límpido do descaso e do abandono. O pior é que há quem culpe os desafortunados por seu infortúnio. Há aqueles que invocam o mérito para justificar a subcidadania em que milhões se encontram. Não percebem que a cidadania pressupõe igualdade de oportunidades, uma posição original, na sociedade, equitativa. Acreditam na livre iniciativa, mas desdenham das condições iniciais de desigualdade entre os cidadãos. Creem ocupar o lugar que lhes é de direito na sociedade, mas não admitem que esse lugar lhes chega pela subtração dos direitos de tantos outros. Não adianta falar em democracia enquanto esta se resume apenas ao direito de voto. Democracia é, antes de tudo, inclusão de todos na cidadania e no pleno exercício de seus direitos de cidadão.

07/05/20

“- Mais luz!”, foram as últimas palavras de Goethe. Deveríamos evocar, nos dias obscuros em que vivemos, a memória do poeta alemão, e transformar suas derradeiras palavras em nossa divisa. Brademos, em face da escuridão que nos ameaça, com a força que nossos pulmões nos permitam: - Mais luz!

E que o nosso brado seja o mote para a nossa ação.

13/05/20

Tudo que há é o instante atual, todo o resto é memória. O tempo não passa, somos nós que passamos pelo tempo. A vida é passagem. Toda matéria está sujeita à duração. De resto, criamos uma contagem arbitrária do que chamamos tempo, apoiando-nos exatamente no ciclo material. O segundo é contado a partir do ciclo oscilatório do átomo de césio 133. Precisamos da ilusão do tempo linear, para criarmos a nossa própria história, para não sucumbirmos em face da portentosa força do instante.

Comecei a ler o breve livro de Byung-Chul Han, “Sociedade do Cansaço”, escrito em 2010. Logo de saída, o primeiro capítulo dá o que pensar, diante da crise mundial provocada pelo coronavírus. O capítulo se intitula “A Violência Neuronal”. Nele, Han pretende fazer um contraponto entre o que chama de “época imunológica”, coincidente com o período da Guerra Fria, e a “época neuronal”, associada à globalização. Se, por um lado, a “época imunológica” se baseava numa dialética da negatividade, da negação e do combate ao outro - entendido como o estrangeiro, o “de fora” -, a “época neuronal” se assenta na positividade do mesmo, de onde a ameaça não vem “de fora”, mas do próprio interior, do “de dentro”. O autor nota que há uma influência mútua entre discursos sociais e biológicos. Portanto, segundo Han, o século XXI teria deixado para trás as questões epidemiológicas, virais, reduzindo as barreiras e muros sociais, já que não havia mais o perigo do inimigo externo, da pura alteridade. O mundo globalizado teria superado a “época imunológica” adentrando na “época neuronal”. Não mais os surtos de gripe seriam os problemas do homem da “época neuronal”, mas distúrbios como a depressão, TDH ou Síndrome de Burnout.

Mas eis que chegou o coronavírus e trouxe ao mundo a necessidade de uma resposta imunológica. Levantaram-se as barreiras e muros novamente, decretaram-se quarentenas, mais ou menos rígidas. Novamente o inimigo se tornou o estrangeiro, o outro. Se, de fato, o mundo globalizado desarmou os homens de uma dialética da negatividade, se os homens se desacostumaram com ações imunológicas, isto é, de combater o que vem “de fora”, talvez esse seja o motivo para a falta de presteza no entendimento do que se combatia, para uma resposta mais rápida ao coronavírus. Não foi à toa que a Europa globalizada sofreu bastante com a pandemia.

Por outro lado, o isolamento social aguçou mais ainda os distúrbios comuns da “época neuronal”. Padecemos, portanto, enquanto sociedade, de um duplo mal: sofremos por não sabermos lidar com uma resposta imunológica eficaz contra um inimigo “de fora”, assim como nos tornamos mais vulneráveis aos males que nos assolam “de dentro”.

O nosso futuro como sociedade está ligado inexoravelmente à maneira pela qual vamos realizar a travessia por esse mar turbulento, no qual uma época que se pensava superada escancara o nosso despreparo para enfrentar esse duplo desafio de conciliar o “de fora” com “o de dentro”. Precisamos criar um novo processo para estarmos num mundo completamente diferente do que conhecemos.

17/05/20

“As pessoas enxergam tudo, menos o óbvio”, escreveu Nelson Rodrigues. Eu, da minha parte, acredito mesmo que as pessoas enxergam o óbvio, mas há uma lacuna cognitiva entre enxergar e compreender. Dizem que muitos enxergam apenas o que querem enxergar. Eu diria: muitos não compreendem o que enxergam. Mas, nesse caso, o déficit cognitivo justificaria essa incompreensão. O pior dos casos é o daqueles que enxergam o óbvio, compreendem-no, e o negam. O déficit, aqui, é de caráter.

Sempre invoco o velho Descartes que escreveu ironicamente, em seu “Discurso do Método”, que o bom senso deveria ser a coisa mais bem compartilhada do mundo, porque todos acreditam possuí-lo. Diante dos acontecimentos dos últimos meses, para não dizer dos últimos anos, não é difícil entender a ironia cartesiana, pois dia após dia, os fatos a corroboram.

Quando escreveu o seu discurso, Descartes procurava estabelecer uma via confiável para a construção do conhecimento científico. Era preciso demarcar a distinção entre ciência e senso comum, entre conhecimento construído com método e opinião baseada em crenças.

É espantoso ver que, depois de 383 anos da publicação do texto cartesiano, muita gente não dê a mínima atenção ao conhecimento produzido metodicamente pela ciência, preferindo dar ouvidos às crenças.

É certo que a ciência não é infalível, posto que é produzida por humanos. Mas também é inegável constatar os avanços que a ciência nos proporcionou em vários campos da experiência humana.

É necessário compreender que a ciência é uma dentre outras atividades do espírito humano. Ciência, filosofia, arte, religião, são algumas das importantes expressões do espírito. Cada uma tem o seu valor dentro do seu âmbito particular de atuação. Por isso mesmo deveríamos evitar a confusão entre essas expressões do espírito, respeitando o território de atuação de cada uma delas. Assim, inibiríamos a possibilidade de que houvesse a predominância de uma dessas expressões do espírito sobre as demais. Em particular, é preciso conter um indesejável antagonismo entre um sistema de crenças e um sistema de conhecimentos metódicos, entre religião e ciência. Cada um desses sistemas atende a uma dimensão específica da experiência humana. Qualquer desequilíbrio entre eles traz mais prejuízos do que benefícios aos humanos. Portanto, não é salutar elevar a ciência ao nível da crença religiosa, o que instauraria um cientificismo cego; mas, tampouco é recomendável fazer da religião a única fonte de conhecimento confiável, o que produziria um fundamentalismo religioso.

Esperemos que, em pleno século XXI, sejamos capazes de discernir o que é, de fato, o bom senso, sem a arrogância de presumir que somos os donos da verdade.

Lembro-me de ter lido um capítulo de “Wholeness and the Implicate Order”, de David Bohm, onde o físico norte-americano propunha uma nova forma de estruturar a linguagem, onde o verbo, e não o substantivo, fosse o elemento primário da linguagem. Ele a batizou de “Rheomode”, tendo por inspiração o verbo grego “ρέω”, do fragmento de Heráclito “πάντα ῥεῖ” (tudo flui). Bohm considerava que a estrutura da linguagem molda a maneira como pensamos. E o nosso pensamento é incapaz de compreender o fluxo dos eventos porque estamos presos a estruturas fixas. Era uma proposta inédita e ousada.

Faço essa digressão da memória em face de um pensamento que tem me obsediado nos últimos dias. Vivemos o presente, mas só somos capazes de falar do passado (mesmo quando projetamos o futuro, o fazemos como se os eventos já tivessem ocorrido). Nossos pensamentos não acompanham os fluxos dos acontecimentos. É como se, recorrendo ao vocabulário aristotélico, só conseguíssemos falar do ato, nunca da potência. Portanto, embora estejamos sempre no presente, a nossa compreensão deste é a de uma atualização da potência. Por conta disso, podemos nos referir ao presente como o tempo atual - no qual o fluxo é arbitrariamente congelado num determinado ato.

Entretanto, o fluxo dos eventos é contínuo, mesmo que a nossa forma de pensar necessite discretizar a totalidade que esse fluxo representa. Essa discretização do contínuo produz, em nós, a ideia de causalidade. Assim, vamos estruturando o nosso pensamento em consonância com a forma da nossa linguagem, passando de ato a ato segundo uma série causal, sem nos darmos conta de que o fluxo é incessante.

O que tem me ocupado, então, é a tentativa de encontrar uma maneira em que não apenas se viva o presente, mas também que se o experimente no pensamento. Certamente, isso mudaria muito a nossa compreensão dos eventos.

*

Do Bestiário hagiográfico 2:

Os lobos já não vestem mais as peles de cordeiro.

O que antes era furtivo, hoje tornou-se costumeiro.

Civilização e barbárie

O que significa exatamente ser civilizado? O que entendemos por civilização? Quando esta deixa de existir e se instaura a barbárie?

À primeira vista essas seriam perguntas fáceis de responder. Talvez bastasse recorrer ao dicionário e descobrir os significados dessas palavras. Ou, se quiséssemos ser mais específicos, poderíamos recorrer às definições sociológicas desses termos. Ou ainda, quem sabe?, poderíamos nos socorrer nos escritos psicanalíticos ou filosóficos.

Mas o caso, meus amigos, é que nenhuma teoria consegue dar conta inteiramente da realidade. Vivemos dias em que essas representações ideais da vida social humana se esfumam. Há que se considerar o coletivo e o individual. As dissonâncias e consonâncias entre desejo e realização, nos dois planos. É preciso contextualizar o grau de violência que uma sociedade pode suportar sem atravessar a linha para a barbárie, ainda considerando os dois planos. E, não nos enganemos, somos uma sociedade exposta aos mais diversos graus de violência e perversidade. Simbólicas e efetivas. Há muito vivemos uma normalização da violência. Portanto, forçamos constantemente os limites da fronteira entre civilização e barbárie. Forçamo-los quando negamos a alteridade como princípio, quando rejeitamos as diferenças, quando não buscamos o diálogo, quando acreditamos unicamente nas soluções voluntaristas.

Não nos iludamos, a barbárie jamais deixou de habitar o interior da civilização. Há, potencialmente, um bárbaro em cada um de nós. E chega um momento em que nada mais resta a não ser empunhar a espada e o escudo como forma de autopreservação. Chega o momento em que o verniz da cultura e o benefício da razoabilidade perdem o sentido, porque não há mais nada razoável que nos possa guiar. Assim, o cidadão se torna horda. E esta não reconhece outra coisa além do ódio e do rancor. Mesmo sob a fina camada epitelial da civilização.

Guardar o indizível. Não pronunciar palavras desnecessárias. Nem todas as coisas têm um sentido. Ou pelo menos um sentido universal. O amor, por exemplo. Existe o amor fora da relação amante-amado? Sem um sujeito que ama e um outro sujeito que é amado? O mesmo sujeito que ama dois outros sujeitos, os ama da mesma maneira? O amor é sempre o mesmo em todas as qualidades que se espera do ato de amar? Ou será o amor um conjunto de vários amares? A frase “eu te amo” dita a diferentes pessoas é sempre a mesma? O seu significado é um só? Ou “eu te amo” tem várias semânticas diferentes?

*

Aristóteles definiu a virtude como o governo da razão sobre as paixões. Bem entendida, a virtude se constituiria a partir do poder que a razão teria de dominar os instintos. Ao que parece, a história desmentiu o Estagirita. A razão se tornou o instrumento potencializador dos instintos. Ela se revelou uma serva obediente das paixões. Dentre as atividades humanas, talvez a política seja o exemplo mais cristalino de como a razão foi instrumentalizada para servir as paixões pessoais.

*

Onde tudo é transitório, agarramo-nos a qualquer promessa de estabilidade: o absoluto parmenidiano, com sua imobilidade e permanência, se torna desejável. Como queremos escapar ao nosso destino biológico, criamos a eternidade sobrenatural. Mas nossa própria consciência é fluxo. O tempo não está fora de nós. Somos o tempo.

Como é possível criar uma democracia deliberativa, se o princípio da razoabilidade, do convencimento única e exclusivamente fundado em argumentação racional, esbarra na baixa convicção comum de que se podem acomodar, ainda que temporariamente, as diferentes concepções de mundo de cada membro da sociedade? Como adequar a esfera privada à esfera pública, sem que esta sirva aos interesses daquela? Como iniciar um diálogo sem que nos habituemos a escutar a voz dissonante? Sem que compreendamos as circunstâncias em que esse discurso divergente se constitui? Como propor uma nova realidade social sem abandonarmos as nossas convicções de classe? O razoável deve ser o ponto de convergência de um consenso sempre circunstancial, sempre pronto para ser argumentativamente renovado quando necessário. Neste momento da nossa experiência política, a democracia deliberativa parece ainda muito distante. Contudo, uma sociedade civil mais harmônica e menos desigual só será possível quando todas as vozes dessa sociedade tiverem o mesmo peso nos diálogos que construam as políticas de Estado de curto, médio e longo prazos.

No dia 28 de abril do corrente ano, o NYT publicou uma extensa matéria sobre a divulgação feita pelo Pentágono de imagens de ovnis avistados por aeronaves militares. Estávamos - como ainda estamos - no meio de uma pandemia e essa matéria não repercutiu como deveria ter repercutido. Alguns podem pensar que é puro diversionismo do governo norte-americano, uma espécie de contrainformação diante de uma situação crítica como a que os EUA atravessam na saúde pública, com centenas de milhares de mortes pelo coronavírus, ou por qualquer outro motivo.

Mas, por um instante, admitamos que não se trata de um recurso diversionista e que o Pentágono esteja divulgando fatos que, se não provam que somos visitados por extraterrestres, pelo menos nos impõem alguma dúvida quanto a isso. O que significaria a plausibilidade desses avistamentos? A última estimativa é a de que o universo observável teria cerca de dois trilhões de galáxias. Muitas dessas galáxias, como a nossa Via Láctea, têm centenas de bilhões de estrelas. Diante de números tão grandes, não é desprezível a ideia de que em algum - ou em alguns - rincão desse vasto universo a vida possa se manifestar e até mesmo em formas de vida inteligente.

Se admitirmos, ou ainda, se comprovarmos que não estamos sozinhos na imensidão do Cosmos, o que mudaria para nós? Será que manteríamos a humana crença de sermos feitos à imagem e semelhança de Deus? Continuaríamos a crer na existência de um povo escolhido, não apenas em meio de milhares de povos do planeta, mas também em meio a outras civilizações cósmicas? Que tipo de consciência emergiria diante de tal revelação? Finalmente compreenderíamos que nós, humanos, pertencemos todos a uma mesma espécie, sem distinções étnicas que nos pudessem separar? Enfim, uma imensa comunidade planetária consciente da sua fragilidade e da sua responsabilidade para com o planeta e a vida que ele sustenta?

Por que, então, não começarmos a levar seriamente em consideração essas ideias? Ainda que não se concretize um contato com seres extraterrestres e os avistamentos de ovnis não se confirmem como a realidade da existência de tais seres e civilizações, por que não reconhecermos humildemente que desconhecemos muita coisa ainda? Por que não reconhecermos as iniquidades instituídas nesse planeta, como a fome, a miséria, a violência, a exploração do ser humano por outro ser humano?

A arrogância característica da nossa espécie, de primatas superiores, estará sempre à sombra da ameaça de não sermos nada daquilo que proclamamos ser e ter conhecimento. É tempo de olharmos para o interior dessa Terra que habitamos com a mesma humildade da ignorância e com a mesma curiosidade com que olhamos os mais remotos rincões do universo. Se nenhum contato do universo exterior chegar até nós, que ao menos tornemos a convivialidade interna, neste nosso habitat terrestre, a mais harmoniosa possível. Seria o princípio de uma nova educação do ser humano, não para o encontro com um ser extraterrestre, mas para um novo encontro consigo mesmo enquanto espécie.

Não. Não somos sábios. Não aprenderemos qualquer lição com a pandemia que nos isolou - não à toda gente, é verdade - em casa. Ansiamos pelas mesmas coisas que fazíamos antes desse vírus nos interromper a vida. Queremos retomar a antiga rotina. Sim, porque nos habituamos a agir como autômatos de uma vontade que nos comanda, a todos, como um roteiro universal que nos rege sem darmos conta. Desejamos imensamente as distrações diárias que nos afastam da autorreflexão e da compreensão da dimensão humana da nossa existência. Queremos apenas trabalhar e consumir em paz. Voltar a este ciclo que nos aparenta a liberdade da vontade. Esqueçamos rapidamente a nossa condição humana, a finitude que o vírus insistia em nos mostrar com as mortes diárias. É preferível caminhar para a morte distraídos. Voltemos o quanto antes à normalidade. Que a vacina nos liberte para sermos o que sempre fomos, ignorantes alegres da nossa ignorância diária. Não. Não somos sábios e nem o desejamos ser.

*

O problema político fundamental é a alteridade. E a questão central dessa problemática se reflete na aparente inadequação entre o mesmo e o outro, entre a identidade e a diferença. Noutros termos, a dificuldade inerente à experiência política é a de engendrar uma comum unidade das diferenças. Na teoria dos conjuntos, Georg Cantor pensou na possibilidade contraditória de que, mesmo se afirmando que seus elementos estão juntos, uma multiplicidade pode não formar uma unidade. Seriam as multiplicidades absolutamente infinitas ou inconsistentes. Da perspectiva das comunidades políticas, talvez tenhamos que lidar com tais multiplicidades. Eu chamaria o seu princípio constituinte de alteridade absoluta, onde cada elemento desse conjunto se encontra numa posição irremediavelmente inconciliável com todo outro elemento do mesmo conjunto. Essa inconciliação é condição primeva da impossibilidade da construção de uma comunidade política natural. Isto significa que, no cerne de toda comunidade política, existe uma dissensão que precisa ser, de alguma forma, vencida. Se nos voltarmos para os modos essencialmente democráticos de sair do impasse da dissensão, encontraremos, em primeiro lugar, a racionalidade argumentativa como instrumento de persuasão e de construção de consensos. Estes, embora assentados no entendimento racional, não configuram verdades atemporais, mas construções de sentidos conjunturais e circunstanciais. O que nos leva à compreensão de que a solução do problema da alteridade, no seio da comunidade política, só pode ter uma vertente: o permanente diálogo dos diversos atores políticos em prol da construção de uma democracia verdadeiramente deliberativa.

Nelson Rodrigues escreveu certa vez que sem paixão não se consegue chupar nem um Chicabom. Ou seja, para o dramaturgo pernambucano, a paixão deveria ser o motor das ações humanas. Um homem desprovido de uma alma apaixonada se manteria inerte, incapaz até de saborear um picolé de chocolate. Mas como toda regra tem uma exceção, nosso escritor faz uma ressalva: “Nada mais cretino e mais cretinizante do que a paixão política. É a única paixão sem grandeza, a única que é capaz de imbecilizar o homem”. A exceção rodrigueana parece conter uma contradição. Se, por um lado, a vida de cada indivíduo deve ser vivida apaixonadamente, por outro, a atividade que congrega e organiza as vidas de vários indivíduos em um corpo social, deve se abster da paixão.

Portanto, Nelson Rodrigues traça claramente uma distinção entre vida privada e vida pública. A primeira tem na paixão a sua grande motivação. Sem paixão não se realizam grandes atos individuais. Mas quando se trata da vida pública, a paixão deve ceder à razão sob a pena da imbecilização coletiva.

Esse é um tema recorrente na filosofia política. A racionalidade política deveria ser um princípio fundamental para toda e qualquer ação na esfera pública. No entanto, não é simples chegar a um consenso sobre o que é razoável na política. De certo modo porque, como indivíduos, somos levados a sobrepor a paixão, isto é, nossa visão parcial da realidade, à racionalidade objetiva. Há um conflito entre a nossa subjetividade e a objetividade dos fatos. É esse o sentido da afirmação nietzschiana de que não há fatos, mas apenas interpretações. Como se está subjetivamente predisposto a aceitar uma determinada interpretação dos fatos, e esta aceitação assenta-se na paixão por certas ideias políticas, não há qualquer possibilidade de que se altere a compreensão da realidade, mesmo que os fatos objetivos a desmintam.

Eis onde reside a dificuldade de se seguir a recomendação de Nelson Rodrigues quanto à paixão política. Descartes escreveu que “não existe alma tão fraca que não possa, sendo bem conduzida, adquirir poder absoluto sobre as suas paixões”, mas parece que a sombra da imbecilização coletiva permanecerá nos assombrando ainda por muito tempo. Precisamos fortalecer as nossas almas.

A invisibilidade do outro

Perguntaram-me o que eu pensava do ocorrido na noite da última quinta-feira, no Leblon, quando a reabertura dos bares na cidade do Rio de Janeiro levou um grande número de pessoas a se aglomerarem sem considerar quaisquer dos cuidados recomendados para evitar a disseminação do vírus. Previsível, pensei eu. E, portanto, devo explicar, agora, a previsibilidade desse tipo de comportamento.

Em primeiro lugar, para desmistificar o assunto, não se trata de um comportamento “de classe”. Ou seja, não é um comportamento egoísta e irresponsável característico da classe média. É também.

Longe de ser um fenômeno específico, esse tipo de comportamento se espalha na sociedade em geral. Ora, os bailes funk jamais cessaram durante a pandemia, nas favelas da cidade.

Então, o que torna comum comportamentos de extratos tão desiguais da sociedade? A resposta aponta para um desvio de formação ética generalizado. E no centro desse desvio está o pouco caso para com o outro. Estranhamente, foi-se construindo uma ética ególatra, onde o outro se tornou progressivamente invisível.

Essa ética ególatra é característica da sociedade do desempenho - como a denomina Byung-Chul Han. Ela consiste numa exacerbada atenção a si mesmo, à busca de resultados pessoais a qualquer preço, ao sucesso pessoal como resultado da atividade individual. É a sociedade dos empreendedores da autofelicidade. A vida humana é reduzida a um empreendimento comercial que deve ser lucrativo. E o resultado final desse empreendimento é de responsabilidade de cada indivíduo tornado empreendedor.

Assim, voltados para o próprio sucesso, concentrados em sua própria vida como empreendimento, não há lugar para algo diferente de si mesmos. Não há lugar para o outro. Este, muitas vezes, aparece como um obstáculo, ou como um objeto para a ação empreendedora.

Vivemos um tempo em que a alteridade se dissolve cada vez mais nas atitudes egocentradas.

Por essas razões que a minha resposta para o comportamento daquelas pessoas que se aglomeraram nos bares do Leblon, na quinta-feira à noite, foi de que era previsível. O que não significa, de maneira alguma, que eu o considere correto ou bom. Mas o meu juízo ético, nesse caso, se assenta em valores completamente diferentes dos difundidos pela sociedade do desempenho.

Thomas Hobbes escreveu o “Leviatã” no calor dos acontecimentos da guerra civil inglesa. A obra foi publicada dois anos depois da decapitação de Charles I, da Inglaterra. Nela, Hobbes advogava a restauração do poder soberano, não mais fundamentado na vontade divina, mas num pacto social, capaz de instaurar a paz social, desde que os pactuantes se submetessem voluntariamente ao poder soberano, tornando-se súditos deste.

Embora se venha utilizando, muito amiúde, a metáfora da guerra, para descrever o combate à pandemia do sars-covid-19, a situação atual é bem diferente daquela vivida por Hobbes. Contudo, o tema do pacto social está mais em voga do que nunca. Vivemos numa sociedade organizada politicamente, com direitos e deveres prescritos por leis. Não somos súditos de um poder soberano, mas cidadãos isonomicamente posicionados diante das leis.

Somos cidadãos de uma república democrática. E, por vivermos numa democracia, devemos entender que o exercício da nossa liberdade tem um limite: a lei. Portanto, a liberdade da vontade individual não pode ser plena. Em sociedade, só se é realmente livre comunitariamente. A comum unidade das vontades deve se manifestar nas leis que regem a vida em sociedade. Disso resulta que, no espaço comum da vida em sociedade, isto é, no espaço público, devemos, cada um, zelar pelo bem estar de todos.

Mas, infelizmente, o que temos visto ultimamente é exatamente o oposto disso. Ao invés de zelar pelo bem estar de todos, alguns cidadãos - esquecendo o sentido da palavra cidadania; e até mesmo recusando-a em troca de uma posição hierárquica pretensamente superior - colocam deliberadamente em risco outros cidadãos.

Creio que devemos falar mais uma vez em pacto social. Refundar a nossa experiência comunitária a partir de um novo acordo coletivo. É preciso recuperar o desgastado significado da palavra cidadania e ter como princípio para este novo pacto social a antiga máxima do direito “pacta sunt servanda”.

Noutro momento, escrevi sobre a dificuldade em conciliar a percepção subjetiva dos fatos de sua ocorrência objetiva. Os termos subjetividade e objetividade parecem, a princípio, excludentes. Um trata das formas internas de apreensão e cognição de um acontecimento. O outro se refere ao “fato em si mesmo”, ao evento tal como ele é em sua ocorrência.

Um exemplo clássico é o de uma árvore caindo numa floresta. A queda da árvore é um fato em si mesmo. Mas o conhecimento desse fato necessita da concorrência da subjetividade. A ocorrência objetiva, em si mesma, não tem nenhuma significação até ser apreendida por uma subjetividade. O sujeito que apreende um determinado acontecimento, por exemplo, a queda da árvore na floresta, pode tentar descrever esse fato da maneira mais fiel possível à ocorrência. Chama-se essa tentativa de “descrição fiel” de um fato de juízo de realidade. Contudo, ele estará sempre descrevendo aquilo que sua subjetividade percebeu.

Isso significa que o conhecimento objetivo é, como conhecimento, mediado por uma subjetividade, ou seja, nenhum fato percebido é puramente objetivo.

A coisa piora quando se trata de descrever fatos ou acontecimentos intencionais, isto é, produzidos por outro sujeito. A árvore que cai na floresta não cai intencionalmente, a não ser que tenha sido derrubada por um sujeito humano. Mas as ações motivadas pela vontade humana são sempre intencionais. Como encontrar nelas uma objetividade?

Esse tipo de evento se encontra sempre afeito às interpretações subjetivas da intenção que os motivou. Portanto, as interpretações das ocorrências intencionais podem ser múltiplas, porque não se limitam ao conhecimento objetivo, estando ligadas a outros tipos de juízo, como os juízos de valor.

Eis o que torna os fatos políticos objetos de diferentes interpretações. Resta, então, perguntar sobre a razoabilidade dessas interpretações. Será possível vislumbrar, na política, alguma racionalidade? Essa pergunta permanece sem resposta à medida que opiniões extremas continuam disputando uma pretensa verdade objetiva dos fatos.

*

A verdade, a beleza e o bem constituíam uma tríade essencial no pensamento platônico, assim como no pensamento cristão medieval. Em ambos os casos, essa tríade se liga à ideia de transcendência. Às formas puras, em Platão e a Deus, no pensamento cristão medieval.

Do ponto de vista humano, ou seja, no tocante à imanência material, o conhecimento dessa tríade se dá pelo reconhecimento do vero, do belo e do bom no mundo. Esse reconhecimento é proeminentemente racional. Realiza-se por intermédio da lógica, da estética e da ética. Essas são as três disciplinas indispensáveis ao espírito humano.

Se a filosofia cristã medieval concebe a divindade a partir da ideia do uno-trino (Pai, Filho e Espírito Santo), verdade-beleza-bem são as formas que permitem a apreensão do

divino pelo homem. Assim, a ciência, a arte e a vida boa refletem o ideal a ser perseguido pelo homem na sua tentativa de aproximação da divindade.

Mesmo nos pensamentos moderno e contemporâneo, depois da propalada “morte de Deus” - que em filosofia nada mais é do que a chamada crise dos universais, ou seja, a perda de força dos valores transcendentais -, o verdadeiro, o belo e o bom permanecem como princípios filosóficos fundamentais.

Se já não provêm de uma transcendência divina, passam a constituir as fontes daquilo que Michel Foucault, inspirado em Nietzsche, chamou de uma “estética da existência”. Estamos, aqui, na seara dos “criadores de si mesmo”, dos “arquitetos da própria vida”, à qual buscam imprimir verdade, beleza e justiça (o bem tornado em ação boa). A esses homens, Nietzsche deu o epíteto de “Übermensch”, mal traduzido em português por super-homem.

Para o filósofo alemão essa nova classe de indivíduos substituiria a humanidade atual, ainda muito afeita à pequenez e à mesquinharia, aferrada a valores medíocres, protegendo-se atrás de uma moral ressentida e reativa. Não parece que é exatamente esse homem - o último homem, nas palavras de Nietzsche - que estamos confrontando hoje? Não são esses os valores que nos guiam ainda agora? Não é essa moral, ressentida e reativa, que nos aponta o dedo nesse exato momento? Não somos nós os últimos homens?

“Mihi ipsi scripsi” (escrevi para mim mesmo), era a fórmula nietzschiana para todos os seus escritos. Essas palavras estão em consonância com o que o filósofo escreve em “Para Além de Bem e Mal”, ao afirmar que toda a grande filosofia é a confissão pessoal do seu autor.

Não tenho a pretensão de ser um filósofo, tampouco de produzir uma grande filosofia. Contento-me em ser um professor de filosofia, sempre atento às variadas formas de interpretação da realidade produzidas pelos filósofos ao longo do tempo.

Muitas vezes, aproprio-me de uma dessas interpretações e dialogo com ela, para problematizar a minha própria percepção da realidade. Nesse processo, auxilia-me o ato de escrever pequenos textos. Reflexões curtas sobre um tema qualquer do meu interesse pessoal.

Quando dou publicidade a esses escritos, certamente estou “confessando” a minha maneira de compreender determinados aspectos da realidade. Portanto, não escrevo com o intuito de convencer alguém sobre isso ou aquilo. Antes de tudo, como Nietzsche, escrevo para mim mesmo. Meus escritos constituem a forma pela qual as minhas ideias se tornam claras para mim mesmo.

Se, nesse processo de autorreflexão, de exteriorização das ideias, com a finalidade de esclarecê-las para mim mesmo, alguém se sentir motivado a pensar comigo - ou contra mim -, não é porque eu o estimei a fazê-lo, mas, antes, é porque essa disposição ao pensamento já estava latente nessa pessoa.

Como professor de filosofia, não tenho a mínima vocação para o que se convencionou chamar de doutrinação. Eu mesmo não sou um “adepto” de uma filosofia ou de um filósofo particular. Estudo as ideias e com elas dialogo. Apraz-me recuperar uma ideia produzida há alguns - ou muitos - séculos e avaliar a sua atualidade, ou pelo menos compreender a sua importância no contexto histórico em que ela foi pensada.

Quando escrevo, não quero convencer senão a mim mesmo de que a tarefa do pensamento é constante e, ao mesmo tempo, fascinante. A minha pretensão é a de permanecer me maravilhando com a potência do pensamento.

Aos que me leem, se pudesse pedir-lhes algo, pedir-lhes-ia que buscassem em si mesmos as suas próprias ideias. Que também se maravilhassem com a potência do pensamento. E que a experimentassem sempre como a forma mais alta da liberdade.

14/07/20

É vasto o oceano e frágil a embarcação. Não obstante, a proa aponta sempre na direção de um horizonte fugidio, onde nos aguarda o último ocaso.

15/07/20

Estima-se que, em 6 de agosto de 1945, a população de Hiroshima fosse de cerca de 350 mil pessoas. Quando o ataque nuclear americano se consumou, perto de 80 mil haviam morrido. “Salvaram-se” cerca de 270 mil pessoas, aproximadamente 78% da população da cidade. Contudo, para a história, o registro que interessa, quando se trata desse trágico episódio, não é o número dos “salvos” da hecatombe nuclear, mas o imenso número de vítimas. Não há tragédia humana que se possa edulcorar com otimismo.

17/07/20

Qual o problema com a incerteza? Ela apura a atenção. Já não erramos demasiadamente por causa das nossas certezas?

19/07/20

Acaso e necessidade não são antípodas, mas complementares. Toda aleatoriedade é necessária. E toda necessidade se estabelece a partir de eventos randômicos. A vida é um acaso que se constitui segundo certa ordem necessária de acontecimentos. Existimos sob o duplo signo da necessária liberdade.

20/07/20

Um slogan republicano:

Cidadania acima de tudo! A lei acima de todos!

21/07/20

Da Aristocracia do espírito

Não sucumbir à vulgaridade institucionalizada, cultivando um certo distanciamento em relação àqueles que naturalizam toda e qualquer estupidez.

22/07/20

O princípio da tolice

Como diria Aparício Torelly, o barão de Itararé: “De onde menos se espera, daí é que não sai nada”. Tolicie é confundir o possível com o provável. É possível que chova no deserto do Atacama se você passar um mês inteiro por lá, mas não é provável que chova durante a sua estada. O mesmo se dá com uma mente obtusa. É possível que alguma boa ideia a ilumine, mas é muito pouco provável que isso ocorra.

Embora compartilhemos um mesmo genoma enquanto espécie, estamos imersos em culturas muito diversas, o que nos diferencia como indivíduos. Escapamos, em certa medida, do determinismo biológico pelos hábitos e valores que adquirimos pertencendo a um dado grupo, num espaço e tempo bem definidos. Esses grupos variam em tamanho, indo da família à sociedade civil, ligada a um Estado. Não obstante, a característica biológica individual atua como importante coadjuvante no nosso desenvolvimento como sujeitos autônomos, isto é, capazes de, mesmo inseridos em vários grupos, produzir juízos pessoais a partir de experiências e vivências particulares.

Esse preâmbulo é para deixar claro que não sou dado a determinismos, sejam biológicos, sejam culturais. Contudo, acredito que biologia e cultura são elementos constitutivos da nossa individualidade. Elementos intercambiáveis, com uma atuação contínua de mútua influência em quem somos, em cada um de nós.

Digo isso, porque tem me atormentado muito usualmente uma pergunta sobre a “qualidade” do homem público brasileiro. Antes de tudo, gostaria de esclarecer que entendo por homem público a pessoa humana concebida nas suas relações sociais mais formais, ou seja, atuante nos espaços de comum interesse numa sociedade. Portanto, todos nós somos pessoas privadas e públicas. Atenho-me exclusivamente ao nosso papel público, deixando a privacidade da vida de cada um onde ela deveria ficar: na intimidade de cada pessoa.

Mas volto à questão que tem me agoniado ultimamente. Por que o homem público brasileiro tem se mostrado de tão má qualidade? Noutros termos, por que políticos, homens de negócios e pessoas comuns têm se mostrado tão avessos à vida comunitária? Por que interesses privados têm prevalecido sobre os interesses públicos?

Certamente a explicação para esse fenômeno é complexa e não pode ignorar um elemento essencial para a compreensão de um indivíduo ou de um povo que é a sua história.

Como não faltam intérpretes do Brasil, do homem brasileiro, das relações sociais e políticas, etc., não serei eu a tentar uma explicação simplista. Mesmo assim, puxarei um fio desse intrincado tecido que nos constitui como indivíduos e como povo, para provocar mais uma reflexão. Vivemos todos na República Federativa do Brasil. Teremos sido alguma vez, de fato, republicanos? Quais são os valores que o republicanismo abraça? Alguma vez nós, indivíduos e povo, os abraçamos também? Creio que esses questionamentos possam ajudar a entender - ainda que precisem de tantos outros mais - o porquê da nossa baixa qualidade de homens públicos.

A democracia liberal pode sobreviver sem um fundamento republicano? Em outros termos: as liberdades individuais podem prescindir do constrangimento da presença do outro? O ideal liberal não vê qualquer mal na desigualdade social - por mais profunda que ela possa ser -, desde que “as condições originárias” dessa desigualdade não tenham sido produzidas “injustamente”. O consequencialismo é a sua bússola moral.

Por outro lado, uma concepção genuinamente republicana pode considerar certo grau de desigualdade, desde que este não leve à perda do que é expresso no conceito de cidadania. Este deve considerar a dignidade da pessoa humana, o que inibiria uma desigualdade muito profunda entre os cidadãos. Portanto, há um valor categórico a ser respeitado e buscado por todos: a cidadania.

Duas formas distintas de se entender o que é justo na vida em sociedade. Qual delas escolheríamos se fôssemos criar uma nova sociedade?

Da predicação do nada

Estranha a linguagem humana, que tenta dizer o que o nada é. Não há predicação para aquilo que não pode ser. Qualquer teorização sobre o nada é, ainda, uma tentativa de capturá-lo nas malhas do ser.

*

Da imaginação do nada

Não se pode imaginar o nada senão recorrendo ao ser. O nada seria a ausência do ser. Assim, toma-se o nada como uma potência negativa. Mas se o nada fosse uma potência negativa, ainda seria algo. O nada é inimaginável.

(Voltamos à predicação do nada).

*

O nada não é o vazio

O nada não é o vazio. Este ainda contém uma dimensão espacial que o nada não pode possuir. Um vaso vazio não contém o nada em seu interior, porque não há interior e nem exterior em relação ao nada.

*

No sermão 71, sobre os atos dos apóstolos, Mestre Eckhart escreve que ao se reerguer do tombo Paulo nada via “e esse nada era Deus”.

Tomás de Aquino dizia que Deus é ato puro de Ser. O que em termos aristotélicos significa que não há potência em Deus, ou seja, Ele não se transforma, Ele é o que é.

Como conciliar o nada eckhartiano com o ato puro de ser tomista? O não-ser e o ser?

*

A compreensão não resulta de uma atividade da inteligência, mas da atenção. E uma mente só se torna atenta ao esquecer-se de si mesma.

28/07/20

O caminho está detrás. Adiante há possibilidades.

*

“Escolhendo-me, escolho o homem”, escreveu Sartre. Esta é uma ideia fantástica a respeito da corresponsabilidade na vida social. Eu não posso exigir do outro algo diferente do que faço. Por exemplo, não posso exigir honestidade, sendo desonesto; não posso exigir justiça, sendo injusto. Sou inteiramente responsável por minhas escolhas, mas elas me engajam no conjunto da humanidade e dos valores que norteiam as ações de todos os seres humanos.

30/07/20

A filosofia não é feita apenas pelas grandes questões da humanidade. Ela também deve estar atenta às pequenas ocorrências, às insignificâncias, ao inútil. Advogo por uma filosofia do desprezado, do desdenhado, daquilo que é rejeitado pelo desejo humano. Uma filosofia de dupla negação: o não-sujeito e o não-objeto. Uma filosofia que permita construir um mundo contrafactual a partir dos dejetos da volição e do desejo. Uma filosofia que enseje a elaboração de uma ontologia do insignificante e do inútil.

31/07/20

Inventamos a convicção de ocasião. Nada como se alinhar ao que convém.

04/08/20

Somente os mitos originários possuem a plenitude de uma força inaugural. Passados séculos, esmaecido o seu vigor ancestral, o mito se torna apenas impostura.

A vida orgânica é repetição. O dna se repete, as células se repetem, os órgãos se repetem, os sistemas orgânicos se repetem. O que chamamos de natureza é repetição. O homem, em que pese seja também organismo, é o único ser vivo que tenta romper com o processo de repetição, ao qual chama de monotonia. A quebra desse processo tem um preço. Para se ver livre da monotonia cíclica, o homem se torna agoniado - no sentido grego do “ágon”, da luta consigo mesmo.

A agonia humana produz uma fissura entre o humano e a natureza. A essa fissura chamamos conhecimento. Este sempre transcende a condição humana imediata, que é imanente. O conhecimento, concebido como transcendência, aparentemente aparta o homem dos ciclos repetitivos. Contudo, os sistemas artificiais criados pelo conhecimento acabam se tornando repetitivos, porque é a única maneira de funcionarem corretamente. Todo sistema é repetitivo. O trânsito, o sistema bancário, etc. Assim, ao excedermos a nossa condição orgânica, continuamos presos aos ciclos repetitivos que nós mesmos criamos.

No Brasil, confundem-se muito comumente o Estado com o governo. Como se cada novo governo tivesse o poder de instituir um novo Estado. Parecem se esquecer que a institucionalidade do Estado tem um “manual” próprio e irrevogável por qualquer governo que é a constituição. Esse “manual de instruções” é formal e principiológico, isto é, orienta a forma que o Estado deve ter e quais são as suas finalidades, propriamente dito, define as razões de ser do Estado.

O governo, por sua vez, é o promotor da gestão do Estado. Como gestor do Estado, o governo está limitado a seguir o “manual de instruções”, ou seja, a constituição deve ser a bússola a orientar todas as ações de governo.

O Estado brasileiro é uma República Federativa. A república se caracteriza pela separação dos poderes. Executivo, legislativo e judiciário têm os seus papéis bem definidos constitucionalmente. Mais uma vez, o “manual” deve ser seguido, porque ele é a representação daquilo que Rousseau chamou de a “Vontade Geral”, que seria o substrato comum da vontade do corpo social encarnado na vontade do constituinte legitimamente eleito.

A federação também deve ser levada em conta. Ela indica que o Estado é a União entre membros regionais, com governos próprios, sob a coordenação do governo central. Cada membro federativo é uma espécie de microestado com sua própria constituição e divisão de poderes.

A República Federativa do Brasil é um Estado democrático. A democracia é um regime político centrado na igualdade entre os cidadãos que podem escolher livremente, por sufrágio universal, os seus representantes políticos. No caso do Brasil, somos uma democracia representativa, na qual o poder soberano pertence aos cidadãos, mas o poder político é exercido por seus representantes eleitos.

Por fim, é necessário esclarecer que Estado e governo existem em função da vontade soberana dos cidadãos que os constituem. Nem o Estado, nem o governo estão autorizados a agir a seu bel prazer às margens da constituição. Tanto os membros permanentes do Estado, como os membros temporários do governo são servidores públicos, ou seja, a razão de ser de suas atividades é o serviço em favor dos cidadãos. A autoridade desses servidores advém do poder soberano dos cidadãos e deve ser exercida em consonância com o que o poder soberano dos cidadãos lhes concede. Noutras palavras, de acordo com a legislação legitimamente constituída.

As instituições do Estado, com seus papéis definidos pela constituição, não podem se sobrepor ao próprio Estado, nem se imiscuir em negócios de governo. Elas servem ao Estado e não ao governo. Este é eleito democraticamente pelo sufrágio universal. É constituído pelas regras democráticas em vigor. Contudo, o governo não representa a “Vontade Geral”, embora seja legalmente amparada por ela. Apenas o Estado, constitucionalmente instituído, representa a “Vontade Geral”. E, por esse motivo, nenhum governo se encontra acima do Estado.

Espero ter contribuído para que essa confusão entre o que é o Estado e o que é o governo se desfaça. E para que saibamos, nós cidadãos, que o poder soberano emana da nossa vontade e que é a ela que o poder político deve se submeter. Ademais, sei que estou tratando de aspectos formais ideais. Na “realpolitik” muitas outras forças, as econômicas principalmente, manipulam o jogo político. Mas esse é outro assunto.

A ciência é uma das atividades do espírito humano. Ela deriva da curiosidade, do desejo de conhecer o que não se revela de imediato à percepção nas coisas e eventos percebidos. Ao contrário da religião, voltada para a transcendência, a ciência se volta para o mundo e seus aspectos físicos. Fundada na observação atenta e rigorosa, a ciência passa a descrever o que se repete em cada evento, o que é constante e que pode ser enunciado de maneira universal. Nada melhor para essa enunciação universal do que uma linguagem também universal e menos afeita às contradições: a matemática.

A ciência é, pois, a descrição rigorosa e metódica dos eventos físicos. As teorias científicas recorrem ao método hipotético-dedutivo para testar a sua validade. Para isso, estabelece-se um modelo. A validade de uma teoria científica está restrita ao modelo que ela atende. Tomemos como exemplo as mecânicas newtoniana e quântica. As três leis de Newton funcionam muito bem no modelo teórico em que elas foram concebidas. Ação e reação é um fenômeno totalmente comprovável para as forças físicas envolvidas na dimensão do modelo newtoniano, mas não é observável no nível quântico, onde as forças forte e fraca não seguem os mesmos princípios do modelo newtoniano.

Com essa observação, pretendo mostrar que a ciência produz um conhecimento bastante rigoroso, mas também restrito ao modelo em que se opera. Os modelos científicos não são totalmente intercambiáveis, sendo, às vezes, irreconciliáveis. A ciência não é uma totalidade constituída de partes onde continente e conteúdo estão definitivamente casados. Antes, ela é uma multiplicidade de modelos que descrevem, cada um, aspectos particulares do mundo físico e de eventos físicos.

Não se neguem os avanços que cada área específica da ciência alcançou. Seus resultados estão aí. A tecnologia é filha da ciência. Ela desenvolve praticamente o que a ciência apresenta teoricamente.

A bioquímica ajuda a indústria farmacêutica a desenvolver melhores medicamentos. Estes medicamentos têm sua eficácia comprovada pela aplicação prática às enfermidades, mas o seu uso é determinado não pela atitude empírica dos médicos, mas pelos testes laboratoriais feitos pelos cientistas. Um protocolo empírico não tem a mesma qualidade que um protocolo científico. Se uma determinada droga pode produzir um efeito sobre uma enfermidade não prevista na sua aplicação original, é preciso que se retorne aos laboratórios para que os cientistas a testem segundo critérios metodológicos. Tudo o mais que se faça pode ter qualquer outro nome, menos o de ciência.

Um dos diálogos mais difíceis de Platão é o Parmênides. Nele, o filósofo trata de um tema que se tornou dogmático no cristianismo, que o incorporou ao seu esquematismo teológico: a relação entre o uno e o múltiplo.

No cristianismo essa relação é traduzida pela díade criador-criatura. O Deus uno - embora o Deus cristão se revista de uma especificidade que é o seu caráter uno-trino, um Deus e três pessoas - é o criador da multiplicidade de seres e coisas existentes.

Em Platão, sem a concorrência de um Deus todo-poderoso como no cristianismo, a relação uno-múltiplo se reveste de uma explicação filosófica complexa, nos termos do que Aristóteles chamará de filosofia primeira e que mais tarde será renomeada para metafísica.

A problemática platônica gravita em torno da sua teoria das formas puras, isto é, da existência de uma realidade transcendente ao mundo físico, o qual se constitui mimeticamente em relação àquela.

As formas puras comporiam uma espécie de realidade virtual, onde cada forma é uma imagem sem materialidade. Ou seja, as formas são puras porque existem independentemente da matéria.

Esse tema é caro a Platão porque a sua teoria das formas puras é o ponto fulcral para a construção de sua teoria política. Esta se baseia numa teoria do conhecimento que privilegia o conhecimento inteligível (o conhecimento das formas puras) em detrimento do conhecimento sensível (o conhecimento dos entes materiais). Há, portanto, um mundo verdadeiro (o das formas puras) digno de ser conhecido e um mundo povoado por meras cópias, sombras (como representado na Alegoria da caverna, na República) das formas puras originais.

Voltando ao Parmênides, neste diálogo Platão põe à prova a ideia (apresentada no diálogo “Fédon”) de que as formas puras participam - Platão usa o verbo “metéchein”, participar, compartilhar, e o substantivo “méthexis”, participação - do mundo sensível, emprestando forma aos entes materiais. Do ponto de vista da filosofia platônica, isso significa que o uno participa do múltiplo por intermédio da forma. Apenas a forma pura possui identidade, os entes materiais não possuem identidade, eles são semelhantes às formas puras, em algum grau, e também são semelhantes entre si, quando participam de uma mesma forma.

A “méthexis” acontece numa espécie de interespaço, a “Khôra”, situado entre o mundo inteligível (fora do tempo e do espaço) e o mundo sensível (espaçotemporal).

Percebe-se como a arquitetura da teoria das formas puras de Platão é complexa e completa, embora o diálogo “Parmênides” apresente algumas inconsistências a respeito da noção de “méthexis”.

Mas, parafraseando Kurt Gödel, uma teoria tão complexa não poderia ser completa e consistente ao mesmo tempo.

25/08/20

Coleciono ignorâncias. Um dia, hei de escrever um alfarrábio sobre tudo o que desconheço.

*

Das minhas ignorâncias a que mais me intriga é a sabedoria alheia.

*

Tudo que é desimportante me interessa. Apenas na desimportância há autenticidade ontológica.

26/08/20

Tenho praticado a dessabedoria. Todo dia duvido do que acreditava conhecer. Então, o mundo para mim é uma eterna novidade. É sempre novo aquilo de que não se conhece o inteiro. Mas existe alguém que conheça o inteiro de alguma coisa?

27/08/20

Sou um conservador. Conservo em mim o espanto diário diante do mundo.

27/08/20

De mouco o ouvido
Só me traz o ruído
Do que não tem sentido.

*

Tempo é desfazimento. Todo o feito se desfaz. Desfazer-se é a própria existência. Existimos à medida que passamos. Tempo é a passagem do desfazimento.

*

Musil escreveu “Der Mann ohne Eigenschaften” (O homem sem qualidades). Desconfio que também em mim é difícil discernir alguma qualidade. Para falar sintaticamente, sou um sujeito sem predicativo. Ou, como escreveu Álvaro de Campos:

“Eu verifico que não tenho par nisto tudo neste mundo.
Toda a gente que eu conheço e que fala comigo
Nunca teve um acto ridículo, nunca sofreu enxovalho,
Nunca foi senão príncipe — todos eles príncipes — na vida...
(...)
Então sou só eu que é vil e erróneo nesta terra?”

*

Sinto sincera comoção por quem cultua abstrações e persegue ideais abstratos. A mim, só me é dado reconhecer a árida solidez do que me cerca. Se é verdade que o homem é um animal simbólico, os únicos símbolos que me tocam são os que representam a carne e a terra.

28/08/20

Como conciliar democracia e republicanismo? Como conciliar o direito de ser elegível, de quem goza plenamente do exercício de sua cidadania, com a probidade exigida dos homens públicos? Noutras palavras, como impedir que interesses privados de agentes públicos se sobreponham aos interesses públicos da coletividade?

*

Não tenho “ismos”, tenho istmos. São as ideias que me chegam e me ligam ao que está além de mim.

29/08/20

Ser republicano é compreender o sentido coletivo do espaço público e dos bens públicos. É compreender que o que pertence a todos deve ser cuidado por todos. É não sobrepor o privado ao público. É saber diferenciar e dimensionar as esferas pública e privada. Mas como ser republicano hoje, quando a vida privada se publiciza cada vez mais nas redes sociais? Quando a chamada sociedade do desempenho nos aparta da vida comunitária, isolando-nos na solitária busca de nos tornarmos os empreendedores eficazes da nossa própria felicidade?

31/08/20

O moralismo é a tentativa de expiar os seus próprios pecados por meio da condenação dos pecados de outrem. Assim, o moralista pretende ser uma consciência universal que se livra do fardo de sua singularidade, e que passa a julgar a todos a partir da medida de si mesmo.

*

O moralista não é aquele que renuncia aos desejos que lhe parecem imorais. Ele não exerce o poder sobre si mesmo. Sua fraqueza só se torna força à medida em que, espelhada no outro, ela lhe pareça estranha a si mesmo e, por isso, condenável em todos os outros.

Veja ou outra, leio nalgum lugar que é preciso celebrar um novo contrato social. A pergunta que resta, diante de tal afirmação, é a seguinte: quem celebrará esse novo contrato social? Porque quando olhamos para a história política e social brasileira, notamos imediatamente que o Estado jamais atendeu às aspirações que os contratualistas modernos erigiram. No Brasil, houve sempre um domínio político das aristocracias e oligarquias em detrimento do povo. Tivéssemos um Rousseau entre nós, provavelmente ele reescreveria o seu “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”. Duzentos e sessenta e cinco anos transcorreram desde a publicação da obra de Rousseau e o Brasil permanece como um dos países mais desiguais do mundo.

Já ouvi muitas vezes o elogio da pacificidade do povo brasileiro. Muitos atribuem a essa “característica” do brasileiro o fato de não termos passado por uma revolução popular, como a francesa, por exemplo.

Os processos históricos têm suas próprias durações, ensinaram-nos os historiadores da “*école des Annales*”. Ao contrário do que acreditava Hegel, a História não tem um fim, ela é uma espécie de moto-contínuo que se espraia pelo mundo como as vagas de um imenso oceano. Seus efeitos são globais e locais.

Não se vive num país tão desigual impunemente. A violência se manifesta, aqui, em variadas formas. A mais cruel é a exercida politicamente sobre o povo, porque divide esse mesmo povo, provocando focos de violência endógenos - o povo contra ele mesmo. Assim, o Estado - a serviço das oligarquias - exerce uma violência aparentemente legítima.

O único contrato social possível é o que acabe com as iniquidades dessa imensa desigualdade social. Mas, enquanto tudo depender apenas da vontade política, permaneceremos no longo processo histórico de dominação política das oligarquias.

*

Necessidade e liberdade, eis a principal antinomia filosófica. Os materialistas dirão que só se é verdadeiramente livre quando as necessidades materiais da existência são satisfeitas. Os idealistas e os espiritualistas inverterão a ordem e dirão que a liberdade se encontra na sublimação das necessidades materiais. Por sua vez, os existencialistas afirmarão que a liberdade é necessária, sendo todo o resto contingente.

Quanto a mim, encontro-me numa espécie de entroncamento onde essas ideias se misturam e atravessam-se umas às outras. Não acredito em predeterminações, portanto a liberdade é um traço existencial dos seres humanos. Mas, mesmo sendo necessária, a liberdade não consegue se desvencilhar da necessidade, porque o existente existe como um ente biológico afeto às necessidades materiais para a sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, este ente que é o homem, transido pela imanência da sua vida orgânica, necessita ir além da simples sobrevivência. Ele precisa inventar meios para transcender a mera necessidade material. Ele inventa a religião, a arte e a filosofia. Ele cria a cultura e a civilização. Ou seja, a partir de situações materiais concretas, o homem produz uma vida artificial, calcada em ideias abstratas que, em algum grau, retornam ao mundo remodelando-o.

03/09/20

Um observador privilegiado, que se encontrasse fora do tecido do espaço-tempo do nosso universo, conheceria, num único relance, toda a sua história. Mas esse conhecimento resultaria inócuo, porque do infinito da eternidade ele não poderia fazer outra coisa senão contemplá-lo, como um deus inútil.

*

O vento erode a rocha lentamente. Assim também trabalham as ideias em consciências pedregosas.

“Farinha pouca, meu pirão primeiro”.

“Puxar a brasa para a sua sardinha”.

“Antes ele do que eu”.

O que têm em comum essas frases? O que elas nos revelam sobre quem as usa comumente?

Mais uma vez, o que se nos apresenta é o primado do indivíduo sobre o coletivo, do privado sobre o público.

A política deveria ser a arte da conciliação das liberdades individuais com a vida em comunidade, mas, de fato, tornou-se o instrumento de dominação dos interesses privados sobre os interesses públicos. O Estado passou a ser apenas um empreendimento, no qual o gestor, isto é, o governo, o gerencia em favor dos interesses privados daqueles que o comandam financeiramente.

A soberania nacional é, hoje, no cenário político internacional, tão fictícia quanto a ideia de livre-arbítrio numa teologia em que Deus é onisciente.

Corolário da reforma administrativa:

Carreiras de Estado são aquelas que retroalimentam o poder, não as que servem ao povo.

*

Hegel afirmava que todo o real é racional, e todo o racional é real. Esta era a máxima do seu idealismo. Haveria uma subordinação entre o Espírito e o mundo. Em primeiro lugar, a Ideia que nasce no Espírito; em segundo lugar o Conceito, que torna a Ideia concreta.

Assim, para o filósofo alemão, a história seria a concreção das sucessivas Ideias do Espírito. Cada Ideia realizada concretamente pelo Conceito corresponderia a uma Figura do Espírito. Há portanto uma Lógica do Espírito cujo movimento é a superação da contradição entre as suas Ideias, segundo um processo dialético. Como a história corresponde à concreção das Ideias por meio dos Conceitos, o motor da história também seria a dialética, representada por Figuras do Espírito que se contradizem. Essas Figuras do Espírito correspondem a eventos históricos concretos.

O fim da história chegaria quando o Espírito se tornasse Absoluto, isto é, quando não houvesse mais contradições lógicas no Espírito. Sem contradições entre as Ideias do Espírito, cessam as contradições entre os Conceitos. Assim, a uma Ideia Absoluta corresponderia um Conceito absoluto, que configuraria uma Figura do Espírito Absoluto na história. O fim da história seria o momento em que o Conceito atingiria a sua perfeição.

Em 1992, o cientista político americano Francis Fukuyama, publicou “O fim da história e o último homem”, no embalo provocado pela queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Inspirado pelo idealismo hegeliano, Fukuyama acreditava que a democracia liberal e o modo de produção capitalista seriam, enfim, a Figura do Espírito Absoluto, o Conceito que se concretizaria sem contradição.

A própria história se encarregou de mostrar o equívoco do pensamento idealista. O processo dialético na história não advém de uma instância destacada do mundo, mas nasce a partir das contradições encontradas pelos homens na produção material das suas existências. Mas este é outro assunto. Voltarei a ele oportunamente.

Em 1971, quando publicou seu livro “A Theory of Justice”, John Rawls propôs a ideia de um novo contrato social. Ele acreditava que, em condições de igualdade, sob um véu da ignorância - capaz de opacar os papéis sociais que cada indivíduo cumpriria na nova sociedade -, e usando apenas a razão, todos escolheriam os princípios de justiça que organizariam a sociedade da forma mais justa possível.

Obviamente, essa proposição de Rawls, de uma hipotética posição original em que todos se encontrariam sob o véu da ignorância, baseia-se na crença duplamente sustentada na infalibilidade da razão e na sua universalidade.

De minha parte, penso que a hipótese rawlsiana é ingênua por creditar à razão poderes que ela não possui. Há muitos outros elementos envolvidos nas escolhas feitas pelos humanos, ainda que elas tenham uma aparência racional. A neurociência já demonstrou que a tomada de decisão depende mais de aspectos emocionais, não conscientes, do que de um domínio absoluto da razão.

Não obstante, o apelo à racionalidade pode ter um efeito positivo se tomarmos a sua capacidade comunicativa. Ou seja, se, na posição original, a escolha dos princípios de justiça que organizarão a futura sociedade se tornem objetos de discussão. Isto significa que o fundamento da sociedade seria uma deliberação e não uma epifania racional.

Conclui-se daí que os princípios de justiça não são imutáveis, mas se encontram sempre abertos a novas deliberações.

Do meu ponto de vista, o princípio deliberativo deveria ser o principal bloco construtor de uma sociedade verdadeiramente justa, porque resguarda o que de mais precioso há na constituição de uma sociedade: a alteridade. Somente uma sociedade fundada no princípio deliberativo seria capaz de abarcar as suas diferentes vozes, tornando possível sempre a inclusão do outro.

*

A nossa consciência da finitude nos remete sempre para o fim da nossa vida, para a nossa morte. Criam-se hipóteses, elucubram-se possibilidades, mergulhamos no mistério. Mas se a morte, que tanto nos ocupa, é o fim da existência, por que não nos intriga também o que havia antes de existirmos? Por que não percebemos que a existência é apenas uma intermitência?

07/09/20

Comemora-se, hoje, o “dia da pátria”. Mas o que é a pátria afinal? Não é nenhuma abstração ideal que transcende a todos nós, brasileiros. A pátria é essa paisagem diversa que abriga uma gente também diversa. A pátria é o solo dividido por conterrâneos. Ela é terra e carne. Ela é o desamparo diário de milhões de pessoas. É o descaso do establishment com a gente pobre desse chão. A pátria é a dor e a alegria cotidianas. Como diria Vinícius de Moraes, “minha pátria sem sapatos

E sem meias, pátria minha

Tão pobrinha!”

Eu não te vejo, pátria minha, na bandeira. Eu só te vejo no rosto dessa gente brasileira.

O que torna uma sociedade justa? De acordo com Robert Nozick, a única maneira de se medir o grau de justiça de uma sociedade seria observar o que ele chamava de direitos de aquisição. De uma maneira bem sucinta, tratava-se de saber se as desigualdades sociais tinham como origem a aquisição de bens e propriedades de forma justa. Se as pessoas são detentoras de direitos, o direito à propriedade deve seguir os parâmetros de justiça na hora da sua aquisição. Se bens e propriedades foram adquiridos sem burla e sem fraudes, com lisura, sem prejuízo de terceiros, então o direito à propriedade é legítimo, mesmo que possa aprofundar as desigualdades econômicas na sociedade.

Além do direito de aquisição, há também a possibilidade da livre troca de bens e propriedades entre os cidadãos. Nesse caso, o que se deve observar é, principalmente, se há o livre consentimento entre os contratantes. Se eu concordo em pagar um determinado valor por um bem de uma outra pessoa, então essa relação é justa.

Portanto, se os direitos de aquisição e a livre troca entre os membros da sociedade não se fundam em injustiças, a desigualdade daí decorrente não pode ser considerada injusta. Tudo depende do indivíduo e da sua capacidade empreendedora.

A teoria dos direitos que Nozick nos apresenta em “Anarquia, Estado e Utopia”, centrada nas liberdades individuais, postula o advento do Estado Mínimo. Remontando a John Locke e à sua tese da autopossessão, e a Kant e à sua ideia de dignidade da pessoa, Nozick se volta ao mesmo tempo contra o utilitarismo e contra as visões igualitárias do socialismo.

Ao falar na justa aquisição de bens e propriedades, aparentemente, Nozick parece dar importância à história social, uma vez que a riqueza oriunda da violação dos direitos individuais pode ser considerada injusta e, por isso, pode ser revista. Assim, aristocratas que enriqueceram explorando o trabalho escravo, não adquiriram seus bens e suas propriedades de forma justa. Nesse caso, deveria haver uma reparação. O problema é que o Estado mínimo proposto por Nozick não parece ser capaz de atender à demanda de refazer a justiça distributiva. Então, as desigualdades sociais oriundas do sistema de trabalho escravagista só poderiam ser resolvidas pela “boa consciência” dos herdeiros desse sistema. Mesmo porque, segundo Nozick, o Estado não deve se envolver com a distribuição de riquezas na sociedade.

Não estamos começando a sentir os efeitos de uma sociedade como a que queria Nozick? O ataque ao Estado não está, de alguma maneira, ligado à interdição da redistribuição da riqueza nacional? Não estamos naturalizando e normalizando as desigualdades sociais, justificando-as pelos “sucessos” e “fracassos” individuais no autoempreendedorismo?

A fratura social é visível e se torna cada vez mais grave. A crise do trabalho e a nova ordem econômica que, aos poucos, vai transformando milhões de pessoas em desnecessárias para a produção de riqueza, logo produzirá uma realidade social distópica. É isso mesmo que queremos? Até onde iremos com esse “menefreghismo”?

11/09/20

Não a razão, mas o pensamento. Não a certeza dogmática, mas a dúvida que faz avançar o conhecimento. Não o moralismo castrador, mas a ética do cuidado. Não o ufanismo imbecilizador, mas a inclusão generosa. Não a brutalidade gratuita, mas a beleza que só a arte transmite.

*

A coragem do pensamento. A humildade da dúvida. A ternura do cuidado. A generosidade amorosa. A beleza arrebatadora. Eis a minha utopia diante de um mundo cada vez mais distópico.

12/09/20

Por mais contraditório que possa parecer a democracia não é o governo da maioria. Ela é, antes, o governo para a cidadania. Só há cidadania em seu exercício pleno, ou seja, na justa igualdade de direitos e deveres para todos os cidadãos. Um governo democrático não representa apenas os seus eleitores, mas todos os cidadãos. E deve governar para todos os cidadãos.

Já disseram que o Brasil não é para amadores. Essa gasta expressão permanece válida. Uma das definições de amador, segundo o Houaiss, é: “que ou quem entende apenas superficialmente de algum assunto ou atividade.” Para conhecer o Brasil é preciso conhecer bem a sua história. É nela que se recolhem os dados necessários para se entender o momento atual da vida brasileira. Não é tarefa para amadores. Como somos, em grandíssima maioria, apenas amadores quando se trata de conhecer a fundo a história brasileira, não é difícil entender o quanto a nossa ignorância contribui para a repetição sistemática das relações de poder que sempre desprezaram o povo. No fundo, a história política do Brasil é um longo processo de menosprezo dos interesses populares em prol dos interesses de uns poucos detentores do poder político e econômico.

Um exemplo clássico desse processo na história política do Brasil é a proclamação da república - que jamais foi, de fato, efetivada, porque a “coisa pública”, no Brasil, tem dono; e o seu dono jamais foi o povo transformado em cidadãos. - que, desde seu movimento inicial até a sua consolidação, atendeu a interesses da oligarquia rural que, na época, detinha o poder econômico. Não é à toa que a república velha ficou conhecida como a política do café com leite.

O que se seguiu de lá pra cá, com a série de rupturas e golpes em 131 anos de vida “republicana”, foi uma espécie de repetição do mesmo, com os interesses privados dos que comandam a economia se sobrepondo aos interesses do povo. Claro que, nesse período, há momentos em que, aparentemente, o povo parece ser acolhido pela política. Mas não passa de uma aparência, porque nesses raros momentos, o poder econômico também se torna mais forte e dominante. Então, o instante de respiro do povo cede e, mais uma vez, poder político e poder econômico negociam tranquilamente os bens que deveriam pertencer ao povo, mas que novamente caem nas redes dos negócios privados.

Como somos amadores e não conhecemos a nossa história, na nossa imensa ignorância, concedemos o poder que nos pertence àqueles que acreditamos serem capazes - porque acreditamos, ou nos fazem acreditar, que somos incapazes - de nos guiar pelos caminhos da vida política. Obviamente esses caminhos dizem menos respeito aos nossos interesses comuns e muito mais aos interesses privados dos que nos governam.

Que continuemos amadores quanto ao conhecimento da nossa própria história é o desejo e o trabalho daqueles que se beneficiam desse amadorismo. Oferecem-nos uma mitologia, não uma história. Obnubilam nosso conhecimento com uma ideia servil de que somos um povo ordeiro e pacífico. Ordeiro e pacífico como o cordeiro levado ao altar de sacrifícios. É exatamente isso que nos pedem, sacrifício. E como bons cristãos, herdeiros da fé dos colonizadores, sabemos que o sacrifício será recompensado, muito embora não nessa vida, mas num além túmulo cheio de promessas. Enquanto isso, todas as promessas dessa vida ficam nas mãos dos poderosos que as usufruem no lugar do povo.

Premido por uma violência ao mesmo tempo simbólica e efetiva, o povo a horizontaliza e a espraia no seu próprio seio. A violência do povo contra o próprio povo é a sórdida

maneira de controle que os poderosos manipulam muito bem. Em desamparo, pouco resta ao povo a não ser padecer de si mesmo. Entrementes, permanecemos amadores da nossa própria história e o Brasil continua sendo um país para não amadores, para os profissionais da rapinagem que agem livremente às nossas custas.

O longo debate sobre a liberdade, no pensamento moderno, produziu a ideia burguesa (a palavra é usada aqui no seu sentido histórico, sem qualquer carga pejorativa) de autonomia. É livre todo indivíduo capaz de se autodeterminar racionalmente. Como a razão é a mesma para todos, a autonomia ganha, assim, um caráter universal. Contudo, a autodeterminação individual restringe-se à esfera privada, mais exatamente, ela diz respeito à acolhida de princípios morais, à conduta particular dos indivíduos. Esse indivíduo é, a um só tempo, universal e particular. É universal no que diz respeito ao uso da razão para se autodeterminar; é particular porquanto a sua privacidade diz respeito somente a ele mesmo. Com isso, os modernos priorizam as individualidades. O liberalismo político, que ganhou força na Europa moderna, teve o seu eixo na ideia do indivíduo e na proteção dos seus direitos. Toda a teoria política liberal se constituiu a partir da perspectiva do indivíduo.

Nesses poucos mais de três séculos de teorias liberais, o indivíduo e sua autonomia permaneceram no centro das atenções políticas. É interessante, então, perceber que, em pleno século XXI, o liberalismo parece ter entrado numa espécie de processo de autocontradição. Às liberdades individuais contrapõem-se regras de conduta conservadoras, diminuindo a autonomia individual, que passa a se subordinar a um moralismo de cunho religioso e conservador. Nasce, assim, a estranha figura do indivíduo liberal na economia e conservador nos costumes. Esse sujeito contraditório está bem definido na nossa experiência política atual. Não deixa de ser uma aberração política com a qual estamos lidando e que precisamos aprender a compreender melhor.

*

Somos irremediavelmente desamparados. Humanos, necessitamos crer no hùmus de que somos feitos como a matéria quintessencial da criação. Mas não somos além da enorme coleção de átomos, moléculas e compostos orgânicos que nos formam. Nosso desamparo é a relutância em perceber a beleza no acaso do mundo físico. Queremos trocar a duração do orgânico pela eternidade de uma pretensa essência universal; o instante atual, por um futuro virtual. Assim, vivemos entre a memória do passado e a promessa do futuro, olvidando o instante que passa.

“Sendo mais sistematicamente brutais do que os chimpanzês e mais empáticos do que os bonobos, somos de longe o macaco mais bipolar. Nossas sociedades nunca são completamente pacíficas, nunca completamente competitivas, nunca governadas por puro egoísmo e nunca são perfeitamente morais.” (Frans de Waal)

Há algum tempo atrás, me dediquei à leitura de algumas obras do primatologista holandês Frans de Waal. A etologia é uma especialidade científica que tem muito a nos ensinar. O estudo sistemático do comportamento dos grandes primatas pode nos dizer muita coisa sobre o nosso próprio comportamento, tanto individual quanto coletivo. Meu querido irmão Wladimir Preto sempre diz que somos chimpanzês tecnológicos, talvez ele tenha razão.

De minha parte, meu interesse em primatologia e etologia tem a ver com a antropologia filosófica. Ao longo dos séculos o homem foi construindo uma imagem de si mesmo referenciada em diversos conceitos filosóficos sobre o “anthrōpos”. Desde o “zoon logikon” (animal racional) aristotélico até a “res cogitans” (substância pensante) cartesiana essa autoimagem foi se descolando do mundo natural (ou da “physis”, como diriam os gregos). O homem moderno, o indivíduo autônomo do projeto burguês, é um homem sem natureza. Ou melhor dizendo, a “natureza” humana é outra em relação ao mundo natural. Ela é essencialmente racional, subjetiva, pura interioridade. Só se encontra com o mundo natural por intermédio de uma subordinação epistemológica deste, tornado desde então o seu objeto. Foi nesses termos que a ciência moderna se desenvolveu: a partir de uma separação entre sujeito e objeto, consciência subjetiva e realidade objetiva. Cindimos a unidade em vários fragmentos. Esse procedimento teve consequências boas e más. Dentre as boas, não há como negar o imenso avanço técnico e tecnológico baseado no desenvolvimento do conhecimento científico. Por outro lado, o preço que pagamos por essa cisão entre homem e mundo natural é sentido no processo de aquecimento global, por exemplo.

Como revela a citação de Frans de Waal, na epígrafe deste pequeno texto, somos os macacos mais bipolares que existem. Parte dessa bipolaridade pode ser explicada pelo longo processo de construção de uma autoimagem apartada do mundo natural, na qual se valorizou mais o “logikon” do que o “zoon”.

Carl Sagan dizia que a astronomia ensinava humildade aos humanos. Tendo a dizer a mesma coisa da etologia. Que aprendamos humildemente o nosso lugar nesse vasto mundo natural ao qual pertencemos.

19/09/20

O horror se difunde muito mais velozmente do que a beleza. É muito mais fácil degradar e destruir do que construir a partir de valores nobres. O refinamento da inteligência é um processo difícil de descolamento de tudo o que é imediato. E, no entanto, a vida urge para a maioria das pessoas, de tal modo que o exercício contemplativo se torna raro, senão uma excentricidade totalmente dispensável. Assim, empobrecem-se os espíritos. Sem contemplação há apenas o consumo destrutivo de todas as coisas. Há muito a contemplação artística cedeu ao imediatismo do entretenimento. A política também perdeu o seu propósito inicial de conciliação das diferenças. Hoje, ela se tornou um espetáculo grotesco, onde pululam histriões.

21/09/20

“Do que não se pode falar, deve-se calar.” (Ludwig Wittgenstein, proposição 7 do Tractatus Logico-Philosophicus)

Eis o problema, meu caro Wittgenstein: o ser humano anda tão presumido que fala até do que é indizível.

22/09/20

Tenho voz somente para os meus olhos. Para além do que vejo, não sei. O que sinto fica sentido e não se exprime em palavras.

*

Quando se usa antolhos por muito tempo, cria-se o hábito de achar que toda direção é em frente, mesmo quando se retrocede para aquém de onde já se esteve.

Não raro, usamos o termo “político” para designar aquele que exerce uma função para a qual foi escolhido por meio de uma eleição. Assim, limitamos a palavra a um aspecto apenas parcial do seu significado. A política partidária é uma importante característica do sistema democrático. A atuação dos membros desses partidos na esfera pública é de suma importância numa democracia. Mas nem a esfera pública nem a política se resumem à atividade partidária. A esfera pública não se restringe às instituições políticas de um Estado e muito menos de um governo. Nela, encontram-se as múltiplas vozes da política, o que inclui o cidadão que se manifesta sobre tudo o que lhe diz respeito enquanto cidadão. A cidadania é uma investidura política do indivíduo que lhe garante a participação no debate público. Portanto, todo cidadão é também político. Pensemos no ato que cometo nesse exato momento. Publicizo as minhas ideias, lanço-as na rede de conexões que o Facebook me permite acessar. Mesmo não sendo filiado ou ligado a um partido político, o que estou fazendo nesse instante em que escrevo é política. O ato de fala na esfera pública é sempre um ato político. Assim, somos todos nós, cidadãos, abarcados pelo termo “político”. É preciso tomarmos consciência dessa nossa condição coletiva. Não existe a divisão entre o político e o povo. Há, sim, a delegação da representação política. Aqueles que elegemos são - ou deveriam ser - nossos representantes institucionais. Mas é um grave engano acreditar que nos livramos da nossa responsabilidade política ao delegar o exercício da política institucional aos nossos representantes. Se fizermos isso habitualmente, abrir-se-á um enorme fosso entre os cidadãos e o Estado, além de acreditarmos que o governo da hora torna-se o próprio Estado, o que é temerário. O Estado e as suas instituições existem em função dos cidadãos. O Estado deve servir aos cidadãos e não o contrário. Então, tenhamos claro o nosso exercício político, sejamos protagonistas na esfera pública, que é a esfera própria do exercício pleno da cidadania.

25/09/20

Quem respirar, um dia, os rarefeitos ares da liberdade, não há de se acostumar mais com a sufocante atmosfera dos determinismos de toda espécie. Aquele que se tornar autor de si mesmo será incapaz de viver sob a vontade alheia. Uma coisa é respeitar a alteridade, outra é ser submisso a ela.

O que os historiadores do futuro escreverão sobre essas duas décadas iniciais do século XXI? Espanta-me, em toda parte, a necessidade de tutela de imensa parcela da humanidade. E quando penso nesse tipo de necessidade, não me refiro às condições de desamparo às quais muitos são submetidos. Espanta-me, outrossim, que ainda hoje tenha vigência o que La Boétie chamou, no século XVI (vejam bem, cinco séculos atrás!) de “servidão voluntária”. São inúmeras as formas pelas quais nos curvamos a um poder que acreditamos insuperável. E, mais do que uma crença, é um desejo de que tal poder exista e exerça sua força sobre nós. É esse poder que dota o mundo de sentido, que produz uma certa ordem à qual todos devemos nos submeter. Na verdade, há poderes e ordens de variados tipos. O poder econômico e sua subsequente ordem econômica têm um alcance global e têm como subordinados os poderes políticos e as várias ordens políticas. Por outro lado, há, disseminadas nas sociedades, microrrelações de poder, o desejo de domínio sobre o outro em diferentes dimensões da experiência cotidiana, das relações de trabalho às relações afetivas. Em meio a tudo isso, estamos nós, voluntariamente servindo a todos esses poderes e ordens, como crianças que precisam ser levadas pelas mãos por um adulto. Resta perguntar quem são esses adultos a nos guiar? Guiam-nos para onde? Por que além de nos deixarmos ser guiados, desejamos ser guiados por eles? Essas, talvez, sejam algumas das perguntas que os historiadores do futuro terão que responder, porque nós mesmos não sabemos as respostas e tampouco estamos interessados nelas.

Zygmunt Bauman dizia que um dos grandes dilemas das sociedades modernas encontrava-se na relação entre liberdade e segurança. A seu ver, não havia a possibilidade de um equilíbrio perfeito entre elas. Ou se tem mais liberdade às custas da segurança, ou se tem mais segurança e, conseqüentemente, menos liberdade. Este dilema se apresenta pela primeira vez na filosofia política com Thomas Hobbes. Para o filósofo inglês, a paz social só poderia ser conquistada com o sacrifício das liberdades individuais e a submissão a um poder central forte, detentor do monopólio do uso da força.

Por outro lado, o liberalismo político se contrapôs à concepção hobbesiana, preservando a liberdade individual por intermédio da proteção legal garantida pelo Estado.

Mais uma vez, portanto, nos interessa interrogar qual deve ser o papel do Estado tanto na proteção das liberdades individuais, quanto na promoção da segurança pública. Como preservar o máximo de liberdade, sem afetar o sistema de segurança? Como promover o máximo de segurança, sem comprometer as liberdades individuais?

Creio que seja uma discussão importante e, contudo, relegada ao esquecimento. O que se vê é um deliberado ataque às liberdades individuais, às escolhas privadas, em nome de um falso moralismo hipócrita.

Mais além desse falso moralismo encontra-se o desejo de controle. Quem controla a sociedade reveste-se de uma autoridade que se quer incontestável. Quando se dá o reconhecimento dessa autoridade, o caminho fica livre para toda sorte de desmandos e de ações à margem da lei, porque a autoridade atribuída a tais indivíduos lhes garante privilégios que nenhum outro cidadão possui.

Diante de tal quadro, percebe-se que o dilema entre liberdade e segurança, na verdade, é um falso dilema, uma vez que a pretensa segurança só existe de fato para a autoridade constituída e reconhecida como tal. Enquanto isso, as liberdades individuais dos cidadãos são subtraídas e, sem quaisquer impedimentos, as autoridades se protegem e agem livremente.

*

Catei pelo chão pedaços de lua

Nas poças das ruas esquecidas.

Para quem aprecia pensar, o que mais lhe faz falta é expressar argumentativamente as suas ideias e colocá-las à prova num diálogo racional e franco. A força das ideias deve vir da consistência dos seus fundamentos e da sua capacidade persuasiva. Contudo, vivemos uma época pouco afeita ao debate. As “bolhas” de pensamento tornaram-se conjuntos não interseccionáveis, não há diálogo fora da “bolha”. Nesse panorama, troca-se a contra-argumentação pelo argumento ad hominem; em vez da troca de ideias, a troca de insultos. Se, desde os antigos gregos, a força da democracia reside no debate público, a atual negação do diálogo com quem pensa diferente de nós, certamente nos afastará cada vez mais do exercício democrático. Trocamos a força das ideias pela força bruta. Aonde isso nos levará? Decerto, para muito longe de qualquer esperança democrática.

30/09/20

O erro de Kant foi acreditar que há ações desinteressadas. Agir espontaneamente, movido apenas pela razão, não isenta o agente de seguir alguma determinação recôndita. No mundo da vida os formalismos se esfumaçam. Mesmo o maior desinteresse é interessado.

01/10/20

Observo o cabo do meu velho guarda-chuva. Há muito, a parte superior se desprende e voou quando eu atravessava uma passarela para a estação do metrô. A ridícula cena de um homem, sob a chuva, segurando o cabo de um guarda-chuva inútil é muito instrutiva. Mostra-nos que a inutilidade está sempre à espreita. A inutilidade é a perda da consistência ontológica dos objetos. Ela é a imediata coisificação do objeto. É quando o objeto não corresponde mais à finalidade para qual foi concebido. A inutilidade é livre de toda teleologia.

03/10/20

Do bestiário hagiográfico 3
Com o raminho verde no bico
Voava a pombinha distraída.
De repente, ouve-se um estampido,
E cai a pombinha abatida.
Ao longe alguém acenava,
Fazendo dos dedos arminha.

*

Não há maior solidão do que a de pensar por si mesmo.

Presos às necessidades mais básicas de uma vida digna, sem, contudo, conseguir satisfazê-las, como podem os homens serem livres? Quando ouço o brado “pátria livre”, me pergunto o que é a pátria sem os patrícios? Apenas uma palavra vazia. Não existe pátria livre sem povo livre. E um povo só é realmente livre quando exerce com plenitude e dignidade a sua cidadania.

No entanto, vivemos uma época de corrosão da cidadania. Trocou-se o cidadão pelo consumidor. A própria sociedade se transformou numa sociedade de mercado, onde tudo é precificado, desde os cuidados com a saúde até a educação. A cidadania se corrói à medida que o Estado se torna cada vez mais ausente.

Abandonada pelo Estado, a cidadania corroída transmuta-se em empreendedorismo. Na sociedade de mercado não existem mais cidadãos, mas apenas empreendedores. O que empreendem? A própria existência. Tornando-se, assim, os únicos responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso de suas próprias vidas.

O que nos dizem as filas que se multiplicam nas portas de agências da Caixa Econômica Federal, onde milhões esperam receber o auxílio emergencial? Apenas isto: fracassaram. A “pátria livre” é uma terra de fracassados que há muito perderam suas cidadanias e que vivem num abandono sem fim.

O que é mesmo liberdade?

Perguntaram-me o que eu penso a respeito das pautas identitárias. Em primeiro lugar, creio que não seja muito importante o que eu penso acerca desse tema, como de resto sobre quaisquer outros temas.

Mas, considerando que o interrogador mereça mais do que o silêncio, resolvi dar uma breve resposta à sua pergunta.

O que penso a respeito das pautas identitárias? Penso que, socialmente, seja uma questão muito importante. Explico o porquê de ter escrito, entre vírgulas, o termo “socialmente”. Não acredito em identidade de um ponto de vista ontológico. A ideia de identidade

pressupõe algo definido, não apenas no sentido da definição lógica, mas também no sentido existencial. A identidade é a redução do sujeito aos seus atributos. Contudo, como falar dos atributos de algo que permanece em fluxo constante e, por isso, passível de contínuas transformações? A ideia de identidade tem um quê essencialista, com o qual não concordo.

Dito isso, o meu inquiridor poderia então me objetar, afirmando que eu disse ser a pauta identitária socialmente muito importante. Não há uma contradição na minha resposta, quando comparada à minha convicção filosófica?

A minha resposta é que não há nenhuma contradição. Socialmente, nós nos revestimos de vários papéis. Não somos, do ponto de vista das relações sociais, sempre os mesmos. Somos colegas de trabalho, amigos, irmãos, pais, maridos, esposas, amantes e por aí vai. Cada um desses papéis sociais abre uma gama diferente de relações. Em cada uma dessas relações temos comportamentos singulares.

Não obstante, muitas vezes somos identificados por um desses papéis que cumprimos. Por exemplo, quando recebemos o chamado para uma reunião de pais, na escola dos nossos filhos. A cada momento, podemos ser identificados por um dos papéis sociais que desempenhamos, mas não podemos ser reduzidos a apenas um deles.

O que reivindicam as pautas identitárias? Que sejam reconhecidos como identidades determinados papéis sociais que a sociedade não reconhece como tais. Assim, creio que a luta por reconhecimento seja necessária, como forma de inserção de um comportamento não reconhecido, seja por preconceito, seja por qualquer outra razão. A vida em sociedade deve ser a mais larga possível dentro da normalidade legal.

Neste ponto, o da normalidade legal, me parece surgir uma ideia aglutinadora de todos esses papéis que os indivíduos podem exercer em sociedade. Refiro-me à ideia de cidadania. Creio que esta ideia deva conter e proteger todos os papéis sociais individuais. O cidadão, e apenas ele, deve ser o detentor de deveres e direitos equitativos. Portanto, acredito que a defesa das pautas identitárias passe necessária e obrigatoriamente pela defesa da cidadania. Penso ser mais importante defender o que une do que o que separa. Para mim, pois, a defesa das pautas identitárias deve ser abrangida pela defesa da cidadania. Somos todos cidadãos e devemos, enquanto indivíduos revestidos da cidadania, lutar por todos os nossos direitos de cidadãos, inclusive o de termos vários papéis sociais.

Singularidade. Outro nome para o mistério. O que há para além do horizonte de eventos de um buraco negro? Singularidade. O que havia antes do começo da expansão do Universo? Singularidade. Ainda assim, pretende-se definir o mistério, torná-lo menos desconhecido, mais palatável para uma razão causal. Segundo o físico Marcelo Gleiser, “o termo ‘singularidade’ representa um ponto que não pode ser descrito por uma função contínua.” Assim, mesmo confessando a nossa ignorância, o físico brasileiro não é de todo pessimista: “Ainda não sabemos como construir uma teoria capaz de descrever os momentos iniciais do Universo, embora existam alguns candidatos. O enigma da singularidade inicial persiste, talvez menos misterioso do que no passado, mas igualmente inescrutável no presente.” Decerto, o homem é um decifrador de enigmas. Muitos mistérios do passado foram desvendados pela inventividade da inteligência humana. Mas à medida que desbravamos novos mares, outros mais insondáveis nos perscrutam. O conhecimento, e somente ele, é capaz de nos dar a dimensão da nossa ignorância. Por sua vez, o ignorante vive feliz na sua arrogante presunção de que nada precisa conhecer, porque basta agir, e a ação, por si só, justifica e ratifica a “superioridade” humana sobre a natureza. Para estes, o mistério se resolve em si mesmo, substantificando-se em algum princípio originário.

*

“Ela era tão velhinha, mas tão velhinha, que virou atéia.” Não lembro a quem atribuir a autoria desse chiste. Mas há algo de interessante nele. Trata-se da longa experiência de vida que uma pessoa pode ter. Anos e mais anos observando o mundo à sua volta. Para alguma coisa há de servir a velhice. No caso da velhinha da anedota, é possível que tudo o que viu, todas as injustiças cotidianas acumuladas, tenham contribuído para que perdesse a sua fé num Deus bom e justo. Ou, talvez, ela simplesmente tenha se esquecido, no longo abandono dos anos, da Sua existência. Ou, ainda, tenha apenas se tornado sábia. Quem vai saber?

*

O destino trágico é aquele que todos parecem prever; contra o qual todos parecem agir; mas, ao qual, no fim, ninguém consegue escapar.

O conceito de indivíduo foi a invenção mais poderosa do Ocidente. Ele se arraigou de tal forma no pensamento ocidental, que já não somos capazes de nos desvencilhar dele. Todo o nosso “modus vivendi” se constituiu a partir e em torno dessa ideia. Política, economia e sociedade têm como princípio a liberdade individual, isto é, o fato de cada um de nós ser uma unidade indivisível e detentora de direitos fundamentais.

Muito embora a certidão de nascimento do indivíduo moderno receba a chancela de uma filiação burguesa - o “ego sum” cartesiano - , o conceito de indivíduo começou a ser gestado bem antes. A sua genealogia pode nos remeter aos heróis homéricos e aos personagens trágicos - mesmo admitindo o seu caráter arquetípico, não se pode ignorar o seu poder de produzir uma identificação catártica que é individual - ou ainda à racionalidade da filosofia grega, como os princípios da lógica clássica de afirmação da identidade e da não contradição. Todo um movimento sutil que eclodiu na modernidade com a ideia da subjetividade individual.

Hei-nos, então, aqui, completamente atomizados em nossa individualidade nas redes sociais. Centrados egoicamente no nosso desejo de reconhecimento e, por conta disso, levados ao solitário empreendimento da nossa própria felicidade, contabilizada pelo sucesso ou pelo fracasso financeiro, cuja responsabilidade é exclusivamente nossa.

Formamos o que Georg Cantor denominou de multiplicidade absolutamente infinita ou inconsistente, que nada mais é do que uma multiplicidade impossível de ser concebida como uma unidade, sobre a qual é contraditório afirmar que, mesmo estando juntos, os seus elementos formam uma unidade.

Impressiona-me a crescente falta de urbanidade entre nós. A grosseria e a falta de respeito à alteridade tornaram-se norma corrente. Byung-Chul Han acerta na mosca ao apontar o esgotamento mental ao qual a sociedade do desempenho é submetida. É o ser humano na sua mais angustiante solidão. O empreendedor da auto felicidade pode se cercar de multidões e ainda assim a sua solidão o acompanha. Aliás, todas essas aglomerações de pessoas que vemos cotidianamente nos noticiários, ignorando a pandemia e, por consequência, ignorando também a saúde alheia - aqui nem cabe enumerar os mecanismos psicológicos de autossabotagem que fazem com que um indivíduo ponha-se em risco -, apenas confirmam o grau da angústia da solidão vivenciada diariamente. É como se aquele ajuntamento de existências condenadas a um solipsismo infundável pudesse extrair, ainda que momentaneamente, cada pessoa da sua mais extrema solidão. Lembro de uma sentença do Zaratustra, de Nietzsche, que dizia que uma coisa é o abandono, outra coisa é a solidão. Neste caso, a solidão é terapêutica, ela traz a cura para o espírito que se tornou alienado de si mesmo, é uma solidão voluntária. Já o abandono é a própria enfermidade do espírito. É o esgotamento ao qual se refere Byung-Chul Han. O homem está cansado de si mesmo, porque o “si mesmo” é um outro “eu”, um “eu” que o próprio espírito mal suporta carregar. Esse “eu” que se torna um duplo, que viceja nas redes sociais, nas relações de trabalho e sociais, é uma imagem sem conteúdo, um simulacro. O homem da sociedade do desempenho, da sociedade do cansaço, é aquele que Robert Musil descreveu como sem qualidades. O seu embrutecimento se faz de fora para dentro, enquanto apenas aumenta o seu abandono.

15/10/20

Tenho recebido felicitações pelo dia dos professores e as agradeço cordialmente. Mas o engraçado é que, ao longo desses anos todos sendo chamado de professor, eu nunca me senti investido desse valoroso mister. Eu sou um conversador. O que me apraz verdadeiramente é uma boa conversa, um diálogo que permita a troca de ideias. Tampouco gosto de usar a palavra aluno, que etimologicamente remete àquela pessoa que não tem luz própria, que precisa de um farol para guiá-la. Não quero ser o farol de ninguém. Desejo, sim, que cada um acenda a sua própria luz e se guie por ela. Portanto, não tenho nada a ensinar, mas tenho muito para trocar e alargar a minha experiência e a do outro. A vida é a verdadeira sala de aula para todos nós, e a lição mais urgente que devemos compartilhar é a de aprender a conviver com o outro. A verdadeira educação, para mim, é a educação para e pelo outro.

17/10/20

Quantos Quixotes ainda se erguem contra os moinhos de vento monstruosos que encontramos pelo caminho? Estamos sozinhos? Nenhum olhar complacente de Sancho Pança para nos encorajar na loucura de combater cotidianamente? Sem Roncinantes, seguimos claudicantes, passo a passo, acreditando na quimérica vitória que nos levará aos braços vaporosos de Dulcineia.

18/10/20

Não de Esparta, mas de Atenas foi que herdamos a cultura e a filosofia. Na contabilidade da história, Estados guerreiros só deixam um rastro de destruição e de sangue. Na palavra “civilização” o radical é claro o suficiente para se compreender onde se deve fundar as bases de um Estado onde reinem a paz, a liberdade e a prosperidade.

Em que Estado queremos viver? O que a história contará do Estado que estamos construindo? O cidadão tem sempre uma escolha a fazer. Façamos a nossa.

20/10/20

De vez em quando ouço alguém dizer: "a humanidade não deu certo!". E eu me pergunto: "como não?!". Dentre os nossos primos símios somos os mais sofisticados. Exercemos a brutalidade dos chimpanzés com mais técnica. Aperfeiçoamos a vida social de tal maneira que aprendemos a explorar os mais fracos, aqueles que não têm cacife para se tornarem machos alfa. Chegamos ao requinte de inventar uma nova origem para a nossa espécie, porque nos sentimos muito superiores aos outros primatas, acreditando que somos a nata da criação.

A humanidade deu certo, sim. O que deu errado foi a idealização do humano.

*

Estando seca a alma
E dura a carapaça
Como podem os versos
Verterem de tal aridez?
Imagens, ideias, sensações...
Vagas, vacilantes, vazias...
Embrutecidas, as mãos
Já não tecem sonhos escritos.
Há apenas um balbucio,
Um murmúrio lúgubre
Uma noite vazia
Onde antes havia poesia.

22/10/20

Epitáfio para um senador desarrazoado:

O trágico é o acontecimento previsível, mas inevitável. Entre a previsibilidade e a consumação do fato há o homem. Como Édipo, que ao fugir do vaticínio do oráculo acaba dessabidamente o consumando, negamos as evidências por presunção e arrogância, construindo, pedra após pedra, a rota do destino.

O que é uma circunstância? É o que torna um acontecimento singular. Os eventos, como ocorrências gerais, não se diferenciariam se não fossem as circunstâncias nas quais eles ocorrem. Portanto, a circunstância tem um caráter espaço-temporal, sua facticidade está irremediavelmente ligada a uma “vizinhança”. Esta “vizinhança” implica a existência daquele de quem ela se avizinha: o homem. A circunstância gravita na órbita deste homem, “aqui e agora”. Ela se estende como uma espécie de campo de força que é, ao mesmo tempo, afetado pela presença deste homem, mas que também o afeta. Eis o sentido da sentença gassetiana: “eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela, não me salvo a mim”. Obviamente, a ideia de salvação não remete, aqui, à esfera da transcendência, mas trata-se da urgência de lidar com as afecções imanentes da experiência humana no mundo. Bem compreendido, o meu mundo é sempre circunstancial, ele concerne àquilo que me afeta diretamente no meu entorno, assim como à maneira como eu o afeto também. A salvação de que fala Ortega Y Gasset é, sobretudo, afetiva. Conforma-se ao acolhimento de bons afetos, a um estar no mundo circunstancial de maneira eticamente elevada. Ou seja, o modo como os meus valores se dispõem no mundo, a partir das minhas ações, altera a configuração do meu próprio mundo circundante. Constituímos, assim, uma rede afetiva-efetiva tramada pelas diversas circunstâncias em que cada membro dessa rede se encontra.

24/10/20

Não persigo a utópica felicidade. Desejo, antes, para os meus dias, a força maior da alegria.

Os “Chicago boys”, que comandaram a economia chilena sob Pinochet, produziram, passados mais de trinta anos das suas intervenções neoliberais, uma sociedade imensamente insatisfeita com a sua situação atual. A reforma da previdência chilena legou a pobreza a um enorme contingente de idosos. A “economia de mercado” fracassou diante de severas crises, sendo aquela gerada pela pandemia da covid-19 a testemunha patente da sua iniquidade.

Parabéns ao povo chileno que compreendeu que o Estado deve estar a serviço do cidadão e votou por um novo pacto social que abrigue os anseios populares por um Estado de bem estar social. Os Estados contemporâneos têm servido em demasia a um senhor predador conhecido como sistema financeiro internacional, em detrimento do seu verdadeiro senhor que é o povo. Uma nova constituinte descreve muito bem o que o pensador norte-americano John Rawls designou como “posição original”. É nesta circunstância que se decidirão os novos princípios de justiça que nortearão a vida pública chilena. Comparativamente, a carta magna brasileira, de 1988, foi escrita sob o mesmo espírito do Estado do bem estar social. Desde a sua outorga, contudo, sofreu tantas emendas que a desviaram dos seus princípios iniciais. Possamos, como os chilenos, compreender os profundos compromissos que o Estado deve ter para com o seu povo e, sem precisarmos de uma nova constituição, façamos valer os princípios sociais-democratas da carta de 1988.

27/10/20

O amor, em tempos de ódio, é resistência.

A alguns desavisados:

A Inglaterra fez a sua em 1689, em plena Revolução Gloriosa. Cem anos depois, os revolucionários franceses redigiram a sua. No mesmo ano, os Estados Unidos prepararam a sua, que foi ratificada em 1791. Falamos, aqui, da Bill of Rights inglesa; da Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen, francesa; e da Bill of Rights americana (as dez primeiras emendas da Constituição).

No Brasil, até 1988 (entre três e dois séculos depois das citadas), não havia nada parecido. Eis que os constituintes estabeleceram no Título II os direitos e garantias fundamentais, contemplados no artigo 5, em seus 78 incisos. É o nosso equivalente das Cartas de Direitos e da Declaração dos Direitos.

É falacioso afirmar que há demasiados direitos e poucos deveres na CFB de 1988. É falacioso porque a Constituição é principiológica e não normativa. Os direitos e deveres normativos estão postos na legislação infraconstitucional.

Se há alguém que se incomoda com a existência de princípios de direito que abarcam a totalidade da cidadania, é porque esse alguém desdenha da própria ideia de cidadania, talvez crendo haver uma hierarquia entre os cidadãos, que os divide em várias classes diferentes.

Estejamos atentos a essa gente. Há muitos mais deles por aí do que possamos ingenuamente acreditar.

29/10/20

Do ponto de vista da evolução a vida é uma competição onde o vencedor não é simplesmente o mais forte, mas o mais adaptável.

A força bruta pode até demolir alguns obstáculos, não todos. Por outro lado, a resiliência de quem se adapta às circunstâncias é capaz de contornar a grande maioria dos obstáculos.

30/10/20

Nunca entendi bem o termo “autoajuda” quando referido a livros que propõem ajudar os seus leitores a se tornarem protagonistas seja lá no que for. No meu entender, só se autoajuda quem é capaz de profunda autoanálise e autocrítica. Para isso, é preciso um alto grau de introspecção. Portanto, não será lendo o que outros recomendam que irei autoajudar-me. O que os outros pensam e fazem diz respeito às circunstâncias em que se encontram e que lhes motivam a pensar. Por mais que se diga que há semelhanças em certas circunstâncias, estas são sempre distintas porquanto concernem a pessoas distintas, com percepções distintas do que lhes acontece. Assim, do meu ponto de vista, a única autoajuda possível é aquela em que o paciente é também o agente. Para além disso, tudo o mais é apenas mistificação.

05/11/20

A perfeição do silêncio:

Embora não se o ouça, o silêncio está em toda parte. No alarido das ruas ruidosas, na música que se ouve emocionado, no burburinho de muitos balbucios. Há, em tudo isso, o silêncio. Ou melhor, só há tudo isso por causa do silêncio. Ele não é a ausência de sons e ruídos, é, antes, a sua possibilidade. A perfeição do silêncio é a de ser ouvido quando se pensa que não se o ouve.

06/11/20

O vazio é um não-lugar, não possui espacialidade, porque não tem extensão. Não é nem contínuo, nem discreto. Tampouco o vazio é o não-ser parmenídico ou o nada. O vazio é a pura anterioridade. Não é anterior ou posterior no tempo. É antes a possibilidade da temporalidade. O vazio é atemporal. Alguns místicos, intuindo-o, dão-lhe outros nomes, substantificando-o.

09/11/20

A brisa, silenciosa e invisível, se insinua em toda parte trazendo frescor. Ela nos toca suavemente, quase como se nos acarinhasse. Dura um breve tempo e nos deixa da mesma maneira que chegou. E, no entanto, a sua ausência é imediatamente sentida.

O que nos alenta não precisa mais do que uma momentânea e discreta existência.

10/11/20

“Procurei-me a mim mesmo” (“ἐδιζησάμην ἐμεωυτόν”) escreveu Heráclito há vinte e cinco séculos. Eu completaria a sentença do filósofo efésio com os versos zen budistas de Caeiro, “não sei o que é conhecer-me./ Não vejo para dentro. / Não acredito que eu exista por detrás de mim.”

11/11/20

A alegria é uma força subversiva. Ela afronta todo o ódio mascarado de sisudez. Contra cenhos franzidos, sorrisos largos e gargalhadas ruidosas.

“Nicht durch Zorn, sondern durch Lachen tötet man.” (Nietzsche). (“Não se mata por meio da ira, mas do riso.”).

15/11/20

Algo de insólito aconteceu. Apareceu um “alef” no alisar da porta do banheiro. Quando eu o avisto, transporto-me para o porão do conto de Borges e me ponho a imaginar o turbilhão inquietante de tudo o que há e houve no universo. O “alef” não é um portal físico que se abre para o mistério. Ele é, antes, o catalisador da experiência mental da quebra da “flecha do tempo”, da dissolução da linearidade temporal. O “alef” é o instante universal, no qual a totalidade se dá de uma única vez. Está ali, no espelho da porta do banheiro, como a me lembrar que vivemos uma constante ilusão.

Dizia Nelson Rodrigues que “só os profetas enxergam o óbvio”. Como fazem falta os profetas. O óbvio ulula por aí e nem ninguém vê.

*

Às vezes tenho a impressão de que o trabalho tem se tornado, via de regra, cada vez mais socialmente inútil. Obviamente esta não é uma premissa universal, mas pode ser considerada contraditória. Ela contradiz a premissa fundamental de que a origem do trabalho é a supressão das necessidades básicas da existência humana. Talvez essa proposição tenha sido universalmente válida em algum momento da história humana. Contudo, me parece que a sofisticação do trabalho veio acompanhada de um deslocamento daquilo que se entendia como necessidade básica. Em certo grau - certamente não para toda a humanidade - a satisfação das necessidades básicas deixou de ser o motor do trabalho. Não se trata mais de suprir os desejos mais imediatos do ser humano - o de habitar, o de se alimentar, o de se vestir -, mas de produzir, por intermédio do trabalho, novas necessidades e novos desejos. Com isso, a dimensão social do trabalho se fragmentou, sendo atomizada pelas necessidades e pelos desejos individuais.

Hoje, o trabalho está completamente integrado ao plano das individualidades. De tal maneira que o sucesso ou o insucesso laboral - doravante sob a solitária responsabilidade de cada indivíduo - determina o grau de satisfação de cada um. Não se trabalha pelo outro, pelo bem estar da comunidade como um todo, mas apenas para a própria satisfação. O que importa é o desempenho individual. Quanto melhor o desempenho laboral de um indivíduo, mais sinais externos de sua boa performance são contabilizados. Num mundo em que o consumo costuma ser a régua de uma vida bem conduzida, o trabalho perde a sua força originária e o trabalhador torna-se, ele próprio, o trabalho.

A sociedade civil, em um Estado democrático, deve ser a mais diversificada possível. Os direitos da cidadania devem ser amplos para resguardar todas as manifestações e comportamentos sociais que não afrontem a legislação. A diversidade social é um bem inestimável para um desenvolvimento plural, no qual o respeito à alteridade seja a bússola para conduzir a uma sociedade plenamente harmoniosa. Contrariamente daquilo que muitos pensam - atualmente até com certa arrogância -, a harmonia social não advém de uma uniformização de comportamentos e ideias. Isto seria a redução do conjunto harmonioso de individualidades diversas a uma massa amorfa e obediente. Não é à toa que alguns que se arrogam o papel de “condutores” da massa, insistem em criticar as liberdades individuais para reduzi-las a um comportamento robotizado e controlável.

O que se pede a um Estado democrático é que o direito social seja o mais extenso, de tal maneira que as distâncias sociais possam ser amenizadas. O verdadeiro mal social é a profunda desigualdade que divide e fragmenta a sociedade.

Todo o esforço de um governo verdadeiramente democrático deveria se concentrar em pôr o Estado a serviço da sociedade e da solução dos problemas que a afetam. Mas a política parece ter interesses próprios, ela se divorciou há muito tempo do Estado, ou melhor, a política deixou de estar a serviço do Estado, antes ela faz o seu uso em proveito próprio. A política desviou o Estado do seu real objetivo. O Estado não serve mais à sociedade, mas ao dinheiro.

Portanto, é preciso ter cuidado com aqueles que querem fazer da sociedade o seu rebanho. Eles não têm interesse em cuidar do rebanho, mas de entregá-lo diretamente aos lobos.

À medida que envelheço tenho menos apegos - o desprendimento é um bálsamo para o espírito. Abraço mais as dúvidas do que as certezas. Destas, apenas uma aceito resignadamente, a de que todo organismo tem uma duração. Ser orgânico que sou, atrelo o tempo à duração orgânica e a minha existência espiritual (num sentido figurado, não metafísico) à memória. Importam-me apenas as urgências da vida. As minhas, obviamente, mas também, e imensamente, aquelas que obstaculizam a dignidade de tantas outras pessoas. Sartre disse que o inferno são os outros. Não por serem o que são: pessoas diferentes de mim, mas por me julgarem. Eu me reconheço no julgamento que o outro faz de mim. O inferno é a função especular do outro. Contudo, a percepção da minha própria duração, diminui o valor do juízo alheio sobre mim. Até mesmo porque já não me levo tão a sério, ao ponto de me preocupar com o que pensam de mim. A existência é como uma fita de Möbius: este lado é sempre o mesmo, interno e externo. Não há distinção entre “interiorem vitam” e “mundani vitam”. Há apenas a passagem.

“Il y a des cas où la vieillesse donne, non pas une éternelle jeunesse, mais au contraire une souveraine liberté, une nécessité pure où l'on jouit d'un moment de grâce entre la vie et la mort, et où toutes les pièces de la machine se combinent pour envoyer dans l'avenir un trait qui traverse les âges ...”

(DELEUZE, G. & GUATTARI, F. “Qu'est-ce que la philosophie?”. Paris: Les Éditions de Minuit, 1991.)

Infelizmente são poucos os homens de espírito que conseguem, na velhice, fazer a síntese de suas vivências e abrir o horizonte de novas perspectivas e possibilidades, às quais eles mesmos não terão acesso. Este é um raro gesto generoso de desprendimento e amor. Quem dera este fosse um traço comum naqueles que têm, ainda que momentaneamente, o destino de um país e de sua gente nas suas mãos. Fala-se no fim das utopias e da imersão da humanidade em um mundo distópico. O fim da utopia é a ausência de um horizonte possível e, portanto, a falta de generosidade dos velhos que ocupam o poder.

A ilusão nada mais é do que o desejo

projetado sobre o real. Quanto mais desagradável este possa ser, tanto mais se o cobre com o manto da negação. A tal ponto que, sobre o real, estende-se um outro, imaginário e de sinal invertido.

*

O real é apenas um, mas há várias realidades. Cada vida humana é uma realidade diferente.

*

A vida em uma sociedade democrática não é tão simples quanto possa parecer. Quando se pensa em justiça, por exemplo, apresenta-se a questão entre o que é bom e o que é justo. E a prevalência do justo sobre o bom pode soar, muitas vezes, antidemocrática. Consideremos o direito fundamental à liberdade. Tendemos a admitir que uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que garante aos cidadãos o máximo de liberdade individual possível. Portanto, seria bom que a liberdade individual fosse sempre preservada. Contudo, pensemos contrafactualmente. Em um cenário como o que enfrentamos agora, com a pandemia do coronavírus, de acordo com a ideia de que as liberdades individuais devem ser sempre preservadas, devemos deixar que cada cidadão decida se quer ou não usar máscara ao sair de casa e se dirigir ao espaço público. Da mesma maneira, devemos deixar que cada cidadão decida se vai se vacinar ou não, quando as vacinas estiverem disponíveis. Imaginemos que 50% dos cidadãos decidam não usar máscaras e não se vacinar. Essas decisões afetarão, no espaço público, a liberdade dos outros 50% de cidadãos que procuram se proteger da infecção viral. A infecção pode ter consequências fatais para alguns cidadãos, o que os afeta diretamente. Portanto, seria justo que o exercício da liberdade individual pudesse ser restringido pelo uso obrigatório da máscara em lugares públicos e pela vacinação obrigatória. Com essas medidas restritivas da liberdade individual, algumas vidas poderiam ser salvas, o que pressupõe que o justo deve se sobrepor àquilo que é considerado bom.

26/11/20

O ego é uma ilusão de permanência em meio a passagem.

*

Não estamos de passagem. Somos a passagem.

Alguns neurocientistas associam a identidade pessoal à memória. Grosso modo, temos dois tipos de memórias: a memória declarativa e a memória não-declarativa. A primeira se dá no nível da consciência (trato consciência aqui simplesmente como o estado de atenção do cérebro): lembramos de fatos, nomes, etc. A segunda, é uma memória implícita, procedimental, mais ligada ao nível motor. Esses dois tipos de memórias são basilares para a construção de uma imagem interna de nós mesmos. Essa imagem se anuncia em primeira pessoa, correspondendo àquilo que normalmente chamamos de subjetividade, ou ego. Ela é individualizada porque está ligada às experiências e às apercepções de cada indivíduo. Nesse sentido, a identidade é fundamentalmente temporal, porque é ela - essa autoimagem interna - que colhe uma memória e a liga a outra e assim sucessivamente, fornecendo-lhes coerência temporal. Se essa perspectiva neurocientífica da identidade está correta, o que seria de alguém que perde a memória? Certamente não reconheceria uma autoimagem interna, posto que esta se constitui de memórias. Então, meu amigo Descartes, troquemos o “cogito ergo sum” por “memoro ergo sum”.

Viver numa democracia nem sempre é fácil. Chega o segundo turno das eleições para prefeito e tenho que me decidir entre dois candidatos em quem não votei. Se o voto não fosse obrigatório - o que é uma aberração antidemocrática -, talvez eu me abstivesse, já que não me alinho às posições políticas de ambos os candidatos. Mas a abstenção, conquanto marque a discordância com o resultado do primeiro turno, também impõe uma neutralidade que vai além da própria votação. Abster-se de votar significa que se permite que outros escolham o futuro político no qual o próprio abstencionista viverá. Porém, como a abstenção não é uma possibilidade, restam ainda o voto nulo e o voto em branco, considerados votos inválidos e, portanto, descartados do resultado final das eleições. Votando assim, fica-se na mesma situação da abstenção, à mercê da escolha política de terceiros. Resta, pois, uma única alternativa que é o voto útil, que pode ser traduzido pela ideia de que entre dois candidatos em quem não se votou deve haver um deles no qual jamais se votaria. Note-se que o advérbio de tempo “jamais” tem o mesmo significado de “em tempo algum”, “nunca”, significando que o candidato não seria escolhido sob quaisquer circunstâncias. É com esse espírito que estou me preparando para ir votar daqui a pouco. O meu voto carrega a certeza de que há um candidato inelegível e um outro candidato a quem concedo a minha anuência crítica.

Nada tenho a agradecer por chegar ao fim de mais um dia. O dia que finda leva consigo um pouco de mim. Contar os dias é inventar um número para o meu próprio fim. Mas o que importa o fim se é a mesma coisa de antes do começo? Anômalo é esse intervalo que chamam existência.

O neoliberalismo e a sua sociedade do desempenho defenestraram o erotismo e o substituíram pela pornografia. Bem resumida, esta é a tese de “Agonia do Eros”, de Byung-Chul Han. O erotismo, segundo o autor, introduz a atopia do outro, o não-eu. O erotismo se caracteriza pela cobiça do outro constituído como alguém completamente diferente. Por outro lado, a pornografia, centrada na ideia do desempenho sexual, é fundamentalmente onanista. O pornográfico dispensa o outro atópico, reduzindo-o a uma extensão de si mesmo. Na sociedade do desempenho, onde cada indivíduo é o empreendedor de si mesmo, o erotismo se desmancha rapidamente em pornografia. A conquista erótica e o jogo da sedução não têm mais vez num mundo onde o que importa é o número, apresentado como dado de desempenho. Os jovens contabilizam as “ficadas” e os beijos dados em diferentes pessoas numa única noite. É a versão sexual do mundo do trabalho. Um trabalho em que o explorador é também o explorado, e o próprio trabalho é a mercadoria. O último capítulo do livro de Han, “O Fim da teoria”, avança criticamente sobre a ideia de que empresas como o Google não precisam se ajustar a modelos, porque o que importa é a análise da imensa quantidade de dados produzidos, os quais permitem estabelecer padrões, sem recorrer a teorias. Esse capítulo, embora conectado com o cerne da tese apresentada no livro, a meu ver, merece ser deslindado separadamente. Talvez eu o faça posteriormente.

Têm-me interessado sobremaneira as desacontecências do dia a dia. Devo explicar-me: chamo de “desacontecência” a contrafactualidade aos acontecimentos que são mais evidenciados e tidos como inexoráveis. Algo que tenha como qualidade a inexorabilidade pode ser considerado “necessário”, não contingente. Desse modo, a desacontecência é a falibilidade de um acontecimento percebido como inexorável. Nietzsche já dizia que não há fatos, mas apenas interpretações. Um acontecimento é um fato interpretado. Um acontecimento inexorável é apenas um fato interpretado como necessário segundo uma ordem de causalidade específica. A contrafactualidade da desacontecência corrompe a cadeia causal concebida como necessária e permite que se pense a possibilidade de que os eventos se deem de outra maneira. Ora, tudo isso se dá para nós, humanos, no nível discursivo. O acontecimento inexorável e sua respectiva cadeia causal têm que ser enunciados. Portanto, do ponto de vista lógico, a desacontecência é o enunciado contraditório àquele tido como portador da inexorabilidade. Todo discurso fundado sobre certa factualidade concebida como necessária tem o seu “antidiscorso” constituído sobre uma contrafactualidade contingente. Dito isso, pensemos nos chamados “discursos oficiais”. Eles são proferidos com a intenção de que se institua certa ordem. A desacontecência é a possibilidade de se instituir a ordem contrária. E ela é tão real quanto se quer real o acontecimento inexorável do discurso oficial.

A partir da tese de Hugh Everett sobre a existência de uma função estado para o universo, sem que haja o colapso da função de onda, permitindo conceber, assim, a existência de vários universos paralelos, cada qual com a sua função estado e, portanto, sem comunicação entre eles, Bryce DeWitte popularizou o termo “muitos mundos”. Isso significa basicamente que, como diria Paul Dirac, ao fazer suas escolhas a natureza se fecha para todas as outras escolhas possíveis. Do ponto de vista de Everett e de DeWitte, nenhuma escolha deixa de ser feita. O que acontece é que a cada escolha corresponde uma função estado de um universo ou mundo possível. É nesse sentido que penso a contrafactualidade da desacontecência. Ela é um possível impossível aqui e agora. A sua possibilidade só se dá na sua impossibilidade diante do acontecimento concebido como inexorável e, portanto, real, aqui e agora. Mas ela é certamente uma possibilidade diante da ruína da interpretação vigente.

Há trinta e três anos, numa entrevista para a revista “Women’s Own” Margareth Thatcher disse: “Quem é a sociedade? Não existe tal coisa! Existem indivíduos, homens e mulheres, e existem famílias, e nenhum governo pode fazer nada, exceto através das pessoas; e as pessoas olham para si mesmas em primeiro lugar. É nosso dever cuidar de nós próprios e depois também ajudar a cuidar do próximo; e a vida é um negócio recíproco...”

Obviamente houve uma enxurrada de críticas à fala da então primeira-ministra do Reino Unido, sempre associada à sua visão neoliberal da economia.

Passados três decênios desde então, despido de qualquer crítica à posição ideológica da “Dama de Ferro”, gostaria de retomar a sua declaração e de elaborar algumas perguntas à luz da nossa experiência contemporânea em meio a pandemia que nos assola: o que é a sociedade? Ela é naturalmente constituída? Existe sociedade sem que haja um interesse comum que una os indivíduos que dividem um mesmo território? É a sociedade um “corpo”, como alguns afirmam?

Como responderemos a essas perguntas tendo como parâmetro os comportamentos individuais e coletivos que testemunhamos nesse exato instante, em meio à crise de saúde pública causada pelo coronavírus?

As ciências humanas podem ser muito mais complexas do que se imagina, já que têm que lidar com o errático comportamento humano.

Àqueles que confundem justiça com vingança

Temo por aqueles que, furibundos diante de alguma injustiça sofrida, clamam por uma justiça excessiva. Lembro-me do episódio do julgamento de Antonio, em “O Mercador de Veneza”, quando o agiota judeu Shylock cobra a execução do trato feito com o mercador, exigindo o que fora acordado: uma libra da carne cristã de Antonio, se o pagamento do empréstimo que lhe fizera não fosse honrado na data combinada. De requerente de justiça, Shylock se transformou em réu, por hábil manobra da bela e sábia Portia, travestida de jovem jurista. Como o acordo entre o judeu e o mercador não previa outra coisa além da exata medida de uma libra de carne, nem mais nem menos, tampouco mencionava o derramamento de sangue do mercador, então Shylock tinha que obter apenas o que constava no trato. Caso contrário, seria responsabilizado por se exceder na obtenção do seu pedido de reparo. Shylock desistiu de cobrar a dívida e se contentava em ser indenizado por Antonio. Mas Portia interfere e pronuncia essas magníficas palavras: “- Reclamaste justiça; fica certo de que terás justiça, talvez mesmo mais do que desejaras.”

Retomo o início do meu raciocínio sobre o temor de que aquele que requer justiça a qualquer custo acabe ele mesmo sendo vítima do excesso de justiça que ele cobra.

O sistema judiciário brasileiro tem lá suas peculiaridades. Estas foram se constituindo ao longo do curso da formação político-social do país. E basta um lance de olhos na história social patricia para entender o processo de formação do nosso sistema judiciário e a quem ele serve preferencialmente. Portanto, gente do povo, cuidado com a justiça que vocês pedem. Como Shylock, vocês podem obter mais do que esperam receber. Como Shylock, que concebia a justiça como vingança - aos ultrajes que recebia cotidianamente dos cristãos, Antonio inclusive, apenas por ser judeu numa Veneza primordialmente católica -, não peçam a vingança de uma injustiça sofrida, porque a vingança pode se voltar contra quem a pede e a celebra como execução da justiça. Antes, reflitam sobre o significado da justiça. Pensem em que sentido a justiça pode ser reparativa sem ser vingativa. Lutem pela justa reparação das injustiças sofridas. Mas temam pedir da justiça a vingança, porque cedo ou tarde a vingança, revestida de justiça, pode voltar-se contra vocês. E, pior, sem que tenham cometido qualquer injustiça, mas apenas por suas condições sociais.

Neste ano atípico, eivado pela pandemia que ainda nos acossa, a tarefa do pensamento, para mim, foi lidar com o problema da alteridade. Nesse caso particular, prefiro o termo “problema” à palavra “questão”. Nos tempos em que vivemos, o outro se configura como a negação do puro-eu na concepção egoica tão difundida no tipo de sociedade em que vivemos, à qual o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han deu o nome de “sociedade do desempenho”.

É interessante pensar que, de acordo com Han, a sociedade do desempenho havia deixado para trás a época pandêmica, correspondente à sociedade da vigilância que Foucault soube tão bem descrever. A época pandêmica se caracterizava principalmente pela ameaça do completamente estrangeiro, do «de fora», do outro como o inteiramente diferente. Era a época da Guerra Fria. A alteridade se apresentava problemática porque se constituía sempre como uma ameaça de aniquilação do «eu», do «mesmo».

Com o fim da Guerra Fria e a expansão do capitalismo global, a sociedade da vigilância foi substituída pela sociedade do desempenho. Esta, caracteriza-se pela interiorização da repressão, num tipo da “mais-repressão” marcusiana. O empreendedorismo torna-se a palavra-chave dessa nova sociedade. Cada indivíduo torna-se o empreendedor de si mesmo. O trabalho deixa de ser uma atividade da vida para se transformar na própria vida. O fracasso no trabalho torna-se, assim, o fracasso da vida. O indivíduo jamais sofreu tamanha pressão. A novidade é que agora a pressão vem do interior de si mesmo. Como empreendedor de si mesmo e, portanto, da própria felicidade, a possibilidade do fracasso é uma sombra que aterroriza e faz adoecer o indivíduo. A sociedade do desempenho é também a sociedade do cansaço. Depressão, Burnout, TDAH, dentre outros distúrbios neuronais são as doenças da vez. Doenças de um indivíduo esgotado por si mesmo.

No entanto, este ano trouxe algo que se pensava superado: a pandemia do coronavírus. Se a época pandêmica havia ficado para trás, com o fim da Guerra Fria, o outro e a sua constante ameaça tinham deixado a pauta das principais preocupações, que se voltaram então para o indivíduo e o seu desempenho. Contudo, o coronavírus ressuscitou a problemática da alteridade. O vírus vem do “de fora”, do “outro”, do “não-eu”. Destarte, o indivíduo esgotado por si mesmo, da sociedade do desempenho, teve que lidar com esse “outro” que não estava mais no horizonte das suas preocupações - a sociedade do desempenho havia reduzido a alteridade a uma espécie de pastiche do mesmo, isto é, havia igualado os indivíduos pela ideia do empreendedorismo. Mas eis o “outro” novamente diante de nós. E a ameaça que ele porta, representada pelo vírus, pode ser a aniquilação do “eu-mesmo”, a morte.

Se o medo fez companhia aos indivíduos num primeiro momento, o cansaço os venceu e os fez ceder à força autorrepressiva do empreendedorismo de si mesmos. Como empreendedores da própria felicidade, perderam o medo da morte, trazida pelo “outro”, para recriarem um novo pastiche: quem morre agora não “sou eu” é o outro. Desde que essa possibilidade se mantenha, a sua felicidade está garantida e o fracasso afastado. Isso até que o “eu-mesmo” se torne o “outro” para alguém.

11/12/20

Tautologia ou apodixidade ontológica:

“Ser o que se é. Não ser o que não se é.”

Impossibilidade ontológica:

“Ser o que não se é. Não ser o que se é.”

*

A cada passo o caminho estreita e o horizonte se aproxima. Até que caminho, horizonte e caminhante se tornam um só.

Há no taoísmo um conceito fundamental: “wu wei”, frequentemente traduzido pela expressão “não-ação”. Contudo, o conceito não preconiza a inação ou a total paralisia. Tampouco “wu wei” corresponderia às ideias de ataraxia ou de apatia, centrais no pensamento helênico. A paixão - entendida como a capacidade de ser afetado - é comum ao ser humano. Não se trata, portanto, de eliminá-la ou sublimá-la, mas de como reagir a ela. Nesse sentido, “wu wei” se aproximaria mais da ideia de seguir o fluxo das coisas sem uma reação desproporcional a ele. Somos humanos e, assim, afetam-nos muitas coisas com as quais lidamos no nosso dia a dia. Obviamente esses afetos nos tocam de diferentes maneiras. Reagir adequadamente a cada um desses afetos, compreendendo a sua exata dimensão, eis o que significa “wu wei”. Esta anedota zen exemplifica bem o sentido de “wu wei”:

Certa vez alguém perguntou a um mestre Zen, “Como é que se pratica o Zen?”.

“Quando se está com fome, se come; quando se está cansado, se dorme.”

“Mas não é isso que todo mundo já faz?”

O mestre respondeu, “Não, não. A maioria das pessoas se entrega a mil desejos enquanto come e maquina mil planos enquanto dorme.”

*

Não acredito muito em convicções arraigadas. De duas, uma: ou o rizoma das convicções se espalha tanto no solo dos valores que a antiga convicção se transmuta contagiada sempre por novas seivas, ou a raiz das convicções é tão fraca que não sustenta o tronco que deveria erguer quando a tempestade aperta.

13/12/20

Não há sistema de controle que liberte. Sistema educacional? Religião institucional? Sistema econômico? Sistema político? Sistema de governo? Sistema social? Toda institucionalização demanda uma contrapartida de perda da liberdade. A questão é: quanta liberdade estamos dispostos a sacrificar para vivermos com o máximo de dignidade? Quanto da nossa privacidade estamos dispostos a ceder em benefício da vida pública?

Muitos sequer conseguem se pôr tais questões, porque o peso da opressão é tamanho que acreditam serem livres mesmo dentro de uma prisão.

Os franceses têm um nome interessante para o momento imediatamente posterior ao orgasmo: “la petite mort” - a pequena morte. Obviamente referem-se ao estado orgânico e anímico quando a excitação sexual alcança seu pico e o sistema nervoso autônomo entra em ação produzindo a sensação intensa de prazer e de arrefecimento dos sentidos - agindo sobre o córtex cerebral.

Mas quero, aqui, tomar essa “pequena morte” num outro sentido. A morte é a dissolução do “eu” na pura exterioridade, ou seja, o “eu interior”, o ego, é confrontado com aquilo que ele não é, com a sua negação, o “outro-eu”, que ao mesmo tempo é um “não-eu”. A morte se afigura, portanto, como o que é completamente diferente do “si mesmo” do ego. Essa diferença é mediada pela alteridade, pelo outro como um “não-eu”. É no outro que a minha morte se anuncia. Sendo assim, o ápice da relação sexual é descrito como esse diluir-se do “si mesmo” do ego no outro. Não há orgasmo sem a mediação do outro que faz o “si mesmo” do ego desvanecer completamente. Tanto mais o “si mesmo” do ego desvanece, maior é a intensidade da experiência da “pequena morte”. Ainda que a sensação orgástica seja inteiramente individual, ela assim o é na justa medida em que o “si mesmo” do ego desvanece diante do outro. Assim, o prazer sexual só é possível mediante a aniquilação completa do “si mesmo” do ego e do inefável encontro com o completamente outro.

Traduzindo tudo isso poeticamente, deixemos que nos fale Vinícius:

“E de te amar assim, muito e amiúde
É que um dia, em teu corpo, de repente
Hei de morrer de amar mais do que pude.”

O que há de belo na diáspora da humanidade, desde o seu berço africano, é justamente a variedade em que ela se constituiu fenotipicamente e culturalmente. Em alguns países essa diversidade é tanto mais rica quanto mais se possa expressar livremente em sua beleza originária. Se em algum momento da evolução da espécie o homem-guerreiro havia se tornado necessário, noutra momento a humanidade construiu a ideia de cidadania e de vida civil. Houve, assim, um afastamento entre o homem civil, cidadão dos Estados que surgiram, com seus múltiplos afazeres citadinos, e o homem guerreiro, transformado então em militar, agente remunerado do Estado para prover a sua defesa. Em um Estado democrático, o governo civil deve ter o controle do uso da força e de seus militares - não custa repetir, agentes remunerados pelo Estado, portanto, pela sociedade civil com seus impostos. O Estado é laico e civil. A não ser que queiram transformá-lo num Estado teocrático e militar. Os valores sociais devem ser os valores da sociedade civil, principalmente os que asseguram a liberdade de cada um dos seus cidadãos. No amplo rol dessas liberdades encontra-se a liberdade religiosa e a liberdade moral. Exercidas nos limites do direito, essas liberdades não são apenas essenciais, mas necessárias. Já passou da hora de se querer, a todo custo, institucionalizar essas liberdades. Seus institutos são os meios legais que as garantem.

O Ano Novo

Diante do calendário, vejo a sequência de números que se repetem nas doze folhas. Vejo os doze nomes de cada uma dessas sequências numéricas. São apenas nomes e números. Nomes e números que representam a nossa impotência diante do curso da vida. Nomes e números da nossa vã tentativa de controlar a passagem. Inventamos o tempo e a sua contagem. Inventamos narrativas de eventos enquadrados na moldura temporal que criamos e as chamamos de história. Dividimos artificialmente o que existe em fluxo incessante: nossas existências. Comemoramos os ciclos que nós mesmos criamos. Precisamos desses ciclos com seus começos e fins, para acreditarmos na possibilidade de um recomeço. Precisamos da ilusão do recomeço para esquecermos o inexorável fim que se aproxima. Mas tanto o começo como o fim só existem incrustados nos ciclos criados por nós. Para além deles há apenas o vazio infinito que nos contém.

A população humana do planeta, em breve, atingirá a casa dos oito bilhões. Diante desse número, assoma imediatamente o problema da escassez. Os recursos naturais são finitos e nem todos terão - muitos já não têm hoje - acesso a eles. Não há ciência econômica que dê conta de prover esses recursos a todos. A economia, muitas vezes, é uma ciência vã. Na maioria das vezes ela se alia ao “mercado”, produzindo números e teorias que lhe prometam uma continuidade predatória. Ora, não existe predador sem presa. O mercado necessita de estratégias de ação que o beneficiem em detrimento da sobrevivência de bilhões de indivíduos humanos. Essas estratégias econômicas produzem uma perversa aliança entre as potências hegemônicas globais e o mercado. Existem 193 países reconhecidos pela ONU e apenas 8 deles fazem parte do exclusivo grupo dos mais ricos. Não é novidade, contudo, que o país mais rico do mundo é, também, um dos mais desiguais. Dados de agosto de 2020 publicados pela BBC News, na internet, destacam que 40 milhões de americanos vivem abaixo da linha oficial de pobreza - o equivalente a quase uma Argentina inteira. Essas contradições do sistema econômico vigente são a sua marca registrada. Nos últimos anos houve uma tendência crescente de concentração de riqueza em um número cada vez mais restrito de indivíduos. Os escassos recursos planetários são consumidos exclusivamente por uma quantidade cada vez menor de pessoas. Em vinte anos, a riqueza dos homens mais ricos do mundo saiu da casa da dezena de bilhão para a de centena de bilhão de dólares, mais do que o PIB de muitos países do mundo. Diante dessa realidade, não é difícil prever que uma catástrofe humanitária de dimensões incalculáveis poderá acontecer num futuro próximo. Como disse Ailton Krenak, em entrevista a Carta Capital, publicada em 31/12/2020, “a desigualdade deixa fora da proteção social 70% da população do planeta. E, no futuro, não precisará dela sequer como força de trabalho. Quem promete um mundo de pleno emprego é cínico ou doido. Não existe nenhuma possibilidade material de as coisas voltarem a funcionar assim.” Esse, até o momento, parece ser um processo irreversível, o que demonstra o pouco apreço da espécie humana para consigo mesma.

- O vão que se abre no chão
ainda é chão.
- O chão que afunda no vão
ainda é chão.
- O vão é o chão em vertigem.
- O chão é o vão na origem.
- O vão se abisma no chão.
- O chão do abismo é o vão.
- O vão sem o chão não existe.
- O chão sem o vão é planície.
- O vão é o chão que se entranha.
- O chão no vão é montanha.
- O vão e o chão vêm do pó.
- O chão e o vão são um só.

07/01/21

Há uma expressão em língua francesa, geralmente atribuída aos simbolistas, que retrata o fim de um ciclo - quase sempre desventuroso - e o começo de outro, no qual se depositam todas as esperanças: “Fin de siècle”.

Tenho me perguntando se podemos usar essa expressão para falarmos do Brasil nos últimos 30 anos. Desde o desejado voto direto para presidente até a última eleição presidencial e o atual governo. A alegre utopia democrática do início dos anos 2000 é capaz de resistir ao cenário distópico no qual vivemos? Teria sido o nosso “Fin de siècle” deceptivo? Ou ainda há motivos para acreditarmos nas promessas da esperança?

*

Se acaso a morte chegar -
a morte é sempre acaso -,
Não se deixe perturbar.
Tudo está no seu passo.
Como a aurora se dá,
Também virá o ocaso.

09/01/21

Minhas duas questões filosóficas, que, de alguma maneira, se imbricam na filosofia do organismo: a inexistência do tempo e a inexistência do ego.

A Distopia no horizonte do mundo do trabalho

O conceito mais elementar do trabalho, ou seja, a interação do homem com a natureza na busca de prover os recursos mínimos necessários para a manutenção da sua subsistência, torna-se cada vez mais urgente num mundo onde a cadeia estrutural do trabalho formal desmorona rapidamente. Automação e inteligência artificial não tomarão apenas os empregos industriais, a tendência é que também o setor de serviços seja enrendado pela revolução tecnológica (num futuro próximo, até a uberização do trabalho será obsoleta. Drones, veículos autoguiados, etc., substituirão o homem). Já faz tempo que vemos o êxodo do homem do campo em face do uso de tecnologias que o tornam cada vez menos essencial para o agronegócio. Quando este cenário finalmente se concretizar, o que será da imensa multidão de desocupados? Gente que não terá, na estrutura social vigente, a mínima condição de trabalhar para subsistir. Até a velha cantilena dos que se acham bafejados pela fortuna, de que “pode não haver emprego, mas trabalho há”, perderá sua validade, talvez até porque a fortuna os terá abandonado também, reduzindo a pó sua pretensa superioridade meritocrática. Com a riqueza concentrada cada vez mais nas mãos de uma minoria e o abismo da desigualdade tornado cada vez maior, o colapso da experiência social moderna será inevitável. O Estado e a política se tornarão meios gerenciais locais das grandes empresas de tecnologia e informação. Parece o enredo de um filme distópico sobre o futuro, mas a arte tem a persistente mania de imitar a vida.

*

Toda a experiência que nós temos do mundo não se dá no mundo propriamente dito, ou melhor, não é uma experiência externa do mundo. O mundo, tal qual o percebemos e o vivenciamos é um construto interno, constituído físico-quimicamente pelo cérebro. Nós nunca vivemos lá fora de fato. Vivemos numa espécie de interseção, na borda possível entre o conjunto de dados da percepção, oriundos da nossa interação sensorial com a matéria que nos é exterior. É certo que há algo para além de nós e que chamamos de mundo. Também é certo que o mundo humano é apenas um de vários mundos possíveis, de acordo com as formas particulares que os cérebros de cada ser vivo interage com a matéria. Decorre daí que o nosso conhecimento do mundo, sendo a cognição também um processo físico-químico no interior do cérebro, não é a última palavra sobre o que é realmente o mundo, mas torna-se a nossa ferramenta de exploração do único mundo possível para nós, humanos.

13/01/21

Quando o absurdo se torna a regra, o razoável rareia. A tal ponto que o senso comum se reveste de uma irrazoabilidade, noutros tempos, vexatória.

*

De tanto se afirmar o erro, perde-se a vergonha de errar.

Quando se abre o vão e a fenda se estende longamente, a terra treme e cinde o conteúdo em continentes que se apartam cada vez mais. Um imenso oceano de indiferença os separa. Distantes, cada qual na sua exterminidade, esquecem-se, os habitantes desses continentes, que uma vez formaram uma única gente. A irreconciliável distância faz-lhes crer na sua própria verdade e ignorar a verdade daqueles que se afastaram. Abismam-se as diferenças até que se transformam em ódios declarados.

Esta é uma alegoria dos nossos tempos. A democracia só existe no consenso, na conciliação de interesses, na preservação da cidadania e na diminuição das desigualdades. Fora disso, é qualquer outra coisa menos democracia. A democracia é o governo da maioria para a minoria. É inclusão e não segregação. Já escreveram falando como as democracias morrem. Resta saber como elas ressuscitam.

Toda relação humana é uma relação de forças. Cada subjetividade envolvida numa relação não quer senão se expressar, ainda que existam diversas formas de expressão. O que se encontra em jogo nessas relações de forças é o poder. Uma vez que cada subjetividade - considerada uma força -, se expressa de uma maneira, as relações de forças têm um amplo espectro, assim como o poder delas resultante. Tomando emprestados os conceitos da física atômica, há forças fortes (interação forte) e forças fracas (interação fraca). Assim, o exercício do poder resultante das várias relações entre forças pode ser suave (“soft power”) ou coercitivo (“hard power”). Obviamente há graus entre essas práticas de poder: “mais suave”, “menos suave”, “mais coercitivo”, “menos coercitivo”. Contudo, não há experiência humana compartilhada que não se situe sob o signo de um poder qualquer.

Os usos e as práticas do poder dependem sempre de como as relações de forças se constituem num determinado momento. Por isso, no exercício do poder político torna-se muito importante “conquistar corações e mentes”, ou seja, ter algum domínio sobre as subjetividades individuais, para construir uma subjetividade coletiva. Consequentemente, o poder político resulta da atividade de “forças fortes” sobre “forças fracas” ou tornadas fracas pelo próprio exercício do poder (de um “hard power”). É dessa maneira que surge a institucionalização do poder. Mas o poder institucional não é sempre coercitivo, ele pode exercer sua atividade suavemente, dependendo do contexto em que as relações de forças se apresentem. Regimes autoritários são forçosamente coercitivos, atuam no registro do “hard power”. Por outro lado, regimes democráticos lançam mão do “soft power”, de um poder que é negociado e, de certa maneira, terceirizado nas microrrelações.

Nunca fui um homem de fé. Talvez a descrença nas religiões institucionais tenha embotado em mim qualquer possibilidade de manifestação de uma religiosidade. Falando hegelianamente, não conheci a religião natural antes da positiva. O que me marcou desde cedo foi a aliança entre o poder religioso e o poder político na construção das antigas civilizações. A religião institucional, com seus ritos e hierarquias, servia para manter o controle social, de certa maneira, agindo como a polícia nos dias de hoje.

No aspecto estritamente teológico, a ideia de um Deus pai, às vezes rigoroso, às vezes amoroso, onisciente, onipresente, onipotente, perfeito e infinito, sempre me intrigou. A grande invenção teológica do livre arbítrio ainda me parece um salvo conduto para a omissão divina no mundo e para a exclusiva culpabilização dos homens por seus atos. Como poderia haver livre arbítrio diante de um Ser onisciente? Estaríamos diante de uma irrevogável predeterminação divina? Os escolhidos o são desde a eternidade? A existência não passaria de um teatro mal encenado por um diretor tirano? Ademais, a ideia de criação e da feitura do homem à imagem e semelhança divina não se sustenta diante do que a cosmologia e a astronomia nos ensinam. Por que seríamos os seres privilegiados da criação num universo imenso, que se estende por bilhões de galáxias? Quanta pretensão! De longe, não passamos de pequenos vermes habitando um grão de areia cósmico. Não obstante a minha descrença, sou capaz de compreender a necessidade humana de uma explicação do quadro geral da realidade. Eu poderia dizer que a ciência - seria melhor escrever as ciências- e a filosofia tentam pintar esse quadro com a paleta de cores que possuem. Conseguem fazê-lo muito rudemente, parcialmente. Enfrentam ainda grandes dificuldades para chegar à tela pronta. Talvez jamais cheguem. É nesse interstício do esforço do pensamento que a religião se insere e permanece viva e forte. Contudo, a força originária da religião natural não consegue mais ocupar esse espaço, impedindo que o sentimento de religiosidade (de religação do homem com o cosmos) se sobreponha à obediência cega da religião institucional.

18/01/21

Prolegômenos para se discutir “a crise de valores”

O que vale um valor? Sua validade é intrínseca ou é atribuída? Ele tem validade universal ou particular? Um valor se vale sempre da sua razoabilidade ou da força impositiva da coerção? O que o sustenta é um juízo de valor ou um juízo de realidade?

20/01/20

Aqui estamos: naufragos de um barco bêbado.
Ah, Rimbaud! Não há botes salva-vidas, nem há bóias.
Estamos à deriva em meio a um oceano tempestuoso.
O capitão, ébrio de rancor e ódio,
Lançou a embarcação contra as rochas.
No mar crispado por altas ondas,
Nada mais nos resta senão nos afogarmos.
Não há heroísmo, nem beleza no furor que nos rodeia.
Tudo é caos! Tudo é caos!

22/01/21

Lembro-me de um filme sobre a libertação do campo de concentração de Buchenwald. Marcaram-me muito as imagens dos cidadãos alemães, moradores das redondezas, obrigados a entrarem no campo e testemunharem os horrores ali cometidos pelos nazistas. A expressão dos seus rostos, em face do que viam, ia da incredulidade ao nojo. Não sei se sabiam exatamente o que lá ocorria, se concordavam ou não com a “solução final” para a “questão judaica” operada pelos nazistas. Mas o fato é que, cedo ou tarde, a história se apresenta terrivelmente fática para aqueles que foram complacentes com os seus desvios. Todas as atrocidades cometidas e consentidas no decurso da história, em determinado momento, irrompem de tal maneira que não é mais possível negá-las. Nunca foi tão certo dizer que o tempo é o senhor da razão.

23/01/21

Daqui onde colho os meus dias
E os planto num jardim pessoal,
Contemplo um longo e agoniado ocaso
De uma breve esperança de sonhar.
À medida que se aproxima a noite,
A vigília se torna incômoda
E o pesadelo próximo a reforça mais.
Não há descanso sob o espectro que nos perscruta
E frustra o desejo de tudo apaziguar.
Ainda tarda a aurora possível e ansiada.
Ainda tarda o acalanto da manhã sonhada.
Mas o tardar apenas adia
O novo dia que há de chegar.

- Que há de se conhecer num ser humano? Você não acha que é tudo igual? O homem é isso aí mesmo. Nem mais, nem menos. Faz e desfaz. Quer parada, mas não sossega. Ama tanto que o amor faz vizinhança com o ódio.

- Mas o amor é sempre o mesmo pra tudo que é gente? O ódio trinca os mesmos dentes em todas as bocas? Não pode o sujeito fazer coisa boa e desfazer maldade pelo mundo?

- Ah, então você é um otimista?

- Não sei se sou. Só vejo o muito em tudo que é lugar.

- O muito não pode ser sempre parecido ou igual?

- Por que haveria de ser? O muito é só uma conta de unir as coisas e as pessoas. Mas as coisas e as pessoas são o que são. Cada uma é uma.

- Você nunca ouviu falar em gênero e espécie? Em características comuns?

- O que é comum entre mim e o senhor? Que temos dois braços, duas pernas, e até que pensamos na vida? Mas a vida que eu vivo não é a vida do senhor, nem o senhor vive a minha vida. Cada um vive a sua própria vida.

- Ah, percebo que você não consegue conceber abstrações. Temos muito em comum. Fazemos parte da espécie homo sapiens sapiens, entende?

- Posso entender. Mas espécie é modo de classificar as coisas. O que há são só as coisas mesmo. Espécie é outro jeito de dizer o muito. E o que há no mundo é o muito de cada coisa.

*

O argumento ad hominem tornou-se a principal ferramenta da desconstrução das pessoas que pertencem a bolhas diferentes nas redes sociais. Os “imbecilli” de Umberto Eco não apenas ganharam voz, mas querem a todo custo eliminar a alteridade. Não se examinam os argumentos para contra-argumentar, simplesmente ataca-se a reputação de quem pensa diferente. Não se trata mais da contradição entre ideias, do exercício da refutação de argumentos racionais contrários, mas da aniquilação total do outro como portador de um discurso legítimo.

Há quem diga que a polarização é benéfica para a democracia. Mas ela não é capaz de criar pontes na direção do diferente. Os polos se fecham sob a égide do mesmo e do idêntico. Não há qualquer abertura para o completamente outro.

A consistência da democracia não se encontra na polarização, mas na divergência. Divergir pressupõe a capacidade de ouvir o outro, de compreender o seu ponto de vista e de contrapor a sua própria perspectiva. A divergência se dá no diálogo; por sua vez, o que a polarização quer é a eliminação do outro. Não nos faltam exemplos históricos para entendermos aonde poderemos chegar. E não se repetirá como farsa, pois é sempre uma tragédia o que nos espreita.

O que é objetividade? Uma resposta possível seria: descrever da maneira mais fiel possível um objeto. O que é um objeto? É uma coisa pela qual a atenção de um sujeito se interessa? O que é um sujeito? É o ser consciente de si e do mundo à sua volta. O que é a consciência? É o resultado de uma série de percepções sensoriais e neuronais que um organismo tem de si mesmo e do meio circundante. O que é um organismo? É qualquer ser individual que incorpore as propriedades da vida, e também é um conjunto de átomos e moléculas, que formam uma estrutura material muito organizada e complexa.

Obviamente os organismos interagem entre si e com o meio ambiente circundante. A consciência é resultado das percepções que os organismos têm de si mesmos e do meio ambiente circundante. A ideia de subjetividade como resultado da autopercepção exige um organismo bastante complexo, com sistema nervoso e cérebro muito desenvolvidos. Admitamos que os seres humanos são organismos com tal complexidade. Por consequência, o ser humano tem uma capacidade de autopercepção e de percepção do meio ambiente circundante bastante desenvolvidas. Como essas percepções (de si mesmo e do meio ambiente circundante) chegam ao cérebro? Inicialmente pela sensibilidade, ou seja, pela relação direta do organismo (ou corpo) com o meio ambiente circundante. Secundariamente, por meio de estímulos elétricos produzidos pelo sistema nervoso. Finalmente o cérebro cria uma “imagem” do mundo e do sujeito autoconsciente. A consciência é sempre formada por essas imagens. A subjetividade, ou a imagem de um “eu” que experencia todas as percepções, que lhes fornece uma unidade, é o resultado de um organismo complexo sensível a si mesmo.

Ora, tanto o sujeito - com sua atividade subjetiva, essencialmente qualitativa - quanto o objeto não passam de imagens. Assim, subjetividade e objetividade têm uma mesma origem, que é a forma pela qual o organismo se sensibiliza. O interesse de um sujeito sobre alguma coisa objetifica essa coisa, mas o interesse é sempre subjetivo, está ligado à experiência imagética que a consciência faz de si mesma. Destarte, é impossível se falar em objetividade pura, uma vez que toda objetividade é interessada. É o trabalho de uma consciência sobre o meio ambiente circundante com um único fim: fazer com que o organismo sobreviva.

31/01/21

Escolhemos trocar o suficiente pelo excesso, o necessário pelo supérfluo. O necessário e o suficiente unem. O excesso e o supérfluo separam. O necessário e o suficiente fortalecem os laços. O excesso e o supérfluo acirram as diferenças. Associamos o excesso e o supérfluo ao mérito, o necessário e o suficiente ao demérito. O excesso e o supérfluo são medidas do sucesso. O necessário e o suficiente são traços do fracasso. Quanto mais se acumulam o excesso e o supérfluo menos se consegue ter o necessário e o suficiente.

É muito comum ouvir-se por aí a expressão «a verdade dos fatos». Mas verdade e falsidade são valores atribuídos a proposições, como nos lembra o princípio da lógica clássica conhecido por «o terceiro excluído», que diz que uma proposição só pode ser verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro valor possível. Portanto, os fatos, que são ocorrências ou acontecimentos, não são nem verdadeiros nem falsos. Eles apenas são. Verdade e falsidade não se encontram nos fatos, mas nos discursos sobre eles. Os fatos se comprovam. A comprovação de um fato é o atestado da sua ocorrência. Contudo, isso não significa que um fato seja verdadeiro. Significa apenas que ele aconteceu. A verdade ou a falsidade se encontra na ordem do discurso, e apenas nela.

Alguns filósofos, seguindo a trilha da neurobiologia e das neurociências em geral, definem a consciência como o “aparecimento do mundo” no interior de um organismo. Deste ponto de vista, a consciência não é uma exclusividade da espécie humana, sendo compartilhada com todas as espécies animais que possuam um sistema nervoso central funcional.

Pelo menos até onde os estudos científicos nos permitem compreender, o que difere o homo sapiens sapiens das demais espécies é a autoconsciência, ou a consciência de si mesmo. Noutras palavras, a espécie humana seria a única, até aqui, que se percebe como possuidora de uma experiência consciente. O ser humano sabe que tem uma consciência do mundo e de si mesmo.

Se a consciência é o “aparecimento do mundo”, a autoconsciência é o “aparecimento de uma imagem de si mesma” que a consciência experimenta. Assim como a experiência consciente do mundo, a autoconsciência é uma experiência interna de um organismo. Portanto, consciência e autoconsciência têm, muito provavelmente, uma história correlata à evolução dos organismos. Mas o ponto obscuro da questão da consciência é se se deve restringi-la apenas ao aspecto fisiológico. Ainda que ela necessite da base fisiológica para emergir nos organismos, alguns filósofos e cientistas acham insuficiente que se entenda a consciência apenas dessa forma. O grau de complexidade que uma consciência do tipo humano envolve pode nos levar às mais diversas teorias a respeito da sua origem. Há quem defenda a ideia de ser a consciência um dos blocos construtores do universo, como as partículas, os campos e a energia, por exemplo. Assim, a evolução do sistema nervoso central dos organismos permitiria uma maior interação desse “bloco construtor” ou “princípio elementar” do universo com o próprio organismo. É uma tese interessante, mas ainda muito incipiente. O fato é que ainda estamos tateando no escuro no que concerne à consciência. O que não significa que não tivemos avanços bastante promissores na compreensão desse fenômeno.

“Não pinto o ser. Pinto a passagem”. Essa sentença de Montaigne permanece mais atual do que nunca. A passagem, ou a duração dos organismos, é tudo o que há. Enquanto o filósofo observa a passagem, ele mesmo passa. O real é constituído por um feixe de fluxos contínuos. Propriamente falando, não existe sequer o presente. Mesmo a sensação de estarmos vivendo “nesse” instante, nada mais é do que a forma como o organismo toma consciência de si mesmo. O organismo experiencia constantemente o seu conteúdo consciente, ou seja, a imagem formada por todas as suas percepções. A sensação de um momento presente é apenas a sensação de uma experiência interna que unifica o fluxo de percepções e de imagens conscientes e produz o ego. Portanto, ego e tempo são interdependentes. A sensação de se vivenciar um momento presente nada mais é do que a discretização do fluxo contínuo pela presença de um observador interno, isto é, o ego. Há, na afirmação de Montaigne, uma espécie de anticartesianismo “avant la lettre”.

Onde não há caminho é preciso abrir trilhas.

*

Sou um conservador. Acredito que devemos conservar a vida, a beleza, a “noblesse d’esprit”. Penso que devemos conservar o meio ambiente, a empatia, o desejo de lutar por um país mais justo. Sim, sou um conservador. Considero conservar a democracia como a vontade de um povo livre, o Estado laico como um princípio irrevogável, as instituições estatais cumprindo os seus papéis constitucionais. Sou tão conservador que recorro à “vontade geral” de Rousseau para afirmar a primazia da vontade civil, do controle civil sobre as forças armadas (como num país do norte que muitos gostam de tomar como exemplo para o que lhes bem aprouver). Enfim, meu conservadorismo é tal que abomino o neoliberalismo predador, que empobrece muitos para a riqueza de poucos, que retira direitos que protegem os que não conseguem sequer se proteger da sua ferocidade. Tenho que confessar meu conservadorismo, e o confesso sem me envergonhar. Porque o que quero conservar é o que promove o bem estar de todos, o que inclui em vez de separar. Sim, meus amigos, sou um conservador.

07/02/21

Não sei se estou no mundo
Ou se o mundo está em mim,
Se sou eu quem o circunda
Ou se me abrange esse jardim.
Não sei se estou dentro ou fora,
Se sou o que fui no passado
Ou se sou o que vivo agora,
Serei esse ser duplicado
Para quem tudo é sentido
No seu próprio interior,
Enquanto o mundo é vivido
Como algo exterior?

Tudo é verdade

No Brasil, há muito tempo, vigora a «Ley Campoamor», inspirada nos versos do poeta espanhol Ramón de Campoamor:

«Y es que en el mundo traidor / nada hay verdad ni mentira: / todo es según el color / del cristal con que se mira». Ou seja, tanto a verdade quanto a mentira pertencem a todos, dependendo apenas do polo onde cada um se coloca. Parafraçando Nietzsche, há uma “vontade de verdade” que transcende os fatos e produz “interpretações verdadeiras” e antagônicas sobre um mesmo acontecimento.

Tudo é público. Tudo é publicizado. Desde uma prosaica xícara de café até os juízos mais subjetivos e pessoais a respeito de qualquer assunto. Registra-se cada pequena efeméride para, em seguida, a expor.

O advento das redes sociais ofereceu às pessoas “comuns” a oportunidade de se tornarem pessoas “públicas” - ainda que o alcance da sua publicidade seja mais ou menos restrito.

O afã de se tornar visível num mundo onde a visibilidade é sinônimo de sucesso, faz com que se perca rapidamente a capacidade de diferenciar entre o público e o privado. O “ιδιώτης” - indivíduo privado, que os antigos gregos contrapunham ao “πολιτικός”, o indivíduo público, no exercício da sua vida política - simplesmente desapareceu nessas duas décadas do século XX.

Desde a denúncia da espetacularização da sociedade feita por Guy Debord, produziu-se um novo tipo de fetiche, porque a mercadoria agora é o próprio ser humano, como bem observou Zigmunt Bauman em “Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria”.

O homem-mercador-mercadoria é o que se encontra hoje nas redes sociais. Ele é o promotor de si mesmo. Como mercador, tem que tornar a mercadoria “vendável”. É preciso expô-la na vitrine de tal maneira que a torne atrativa ao mercado. É assim que os perfis pessoais nas redes sociais são elaborados. O perfil é a vitrine que expõe aquele que é, ao mesmo tempo, mercador e mercadoria. É a nova forma de empreendedorismo à qual se refere Byung-Chul Han em seu livro “Sociedade do cansaço”. O autoempreendedor que se vende no mercado e que compete com outros autoempreendedores.

Nota-se esse fenômeno muito claramente no YouTube, onde os “influenciadores” competem entre si por visualizações de suas postagens.

No entanto, a competição por visualizações, muitas vezes, cria nichos específicos. Ou seja, ao contrário de buscarem um universo mais amplo de espectadores, os “influenciadores” acabam visando um determinado público alvo. Dessa maneira, uma sociedade que já perdeu a capacidade de distinguir o público do privado, ao ser dividida em pequenos núcleos de interesses, passa a acreditar que o seu interesse privado de grupo é um interesse coletivo.

No fim das contas, alimentados apenas por informações que confirmam as suas crenças, esses nichos específicos se tornam refratários ao pensamento discordante, produzindo uma fratura social difícil de ser consertada.

Sobre o fenômeno do “cancelamento”

Se é verdade que o mundo digital se transformou numa parte importante das nossas vidas, como uma extensão virtual das nossas relações sociais; se é verdade também que a esfera pública tenha se tornado, em nossos dias, híbrida, mesclando as duas realidades nas quais vivemos: a atual e a virtual; então é preciso pensar o significado do conceito “cancelamento”, tão recorrente nos dias de hoje nas redes sociais.

A princípio, a definição dicionarizada de “cancelamento” é o ato de cancelar. Por sua vez, “cancelar” pode ter as seguintes acepções: eliminar ou riscar para tornar sem efeito; tornar nulo, sem efeito, sem valor; interromper temporária ou definitivamente; suspender, suprimir; dar por encerrado, concluído.

É provável que todos os significados para o ato de cancelar possam ser atribuídos à ideia de «cancelamento» nas redes sociais.

Isso significa que o “cancelamento” é uma interrupção da participação de alguém num âmbito importante da vida social contemporânea. Se quisermos fazer uma analogia com a antiga democracia ateniense, pode-se dizer que o “cancelamento” atual equivaleria ao ostracismo, no qual se apagam os registros da vida de uma pessoa da memória coletiva.

O “cancelado” é um degredado. Não lhe é permitido entrar no território onde a visibilidade tem um papel fundamental. O degredo do mundo virtual é a invisibilidade.

O ponto fulcral do “cancelamento” é o modo pelo qual ele é realizado. A decisão de “cancelar” alguém segue um rito sumário, nem sempre atinente a qualquer princípio de justiça - e, nisso, se diferencia da condenação ao ostracismo na antiga Atenas.

O “cancelamento”, muitas vezes é motivado por “haters” da pessoa cancelada. A motivação desses “haters” pode ter várias origens, mas quase sempre está atrelada ao “ódio” à diferença.

Condena-se o diferente exatamente por ele ser o que é, um completamente outro, um não-eu ou um não-nós. O “cancelamento” é a manifestação da intolerância em seu estado simbólico, porque simboliza a morte do diferente. Mas é, também, o exercício de uma violência, ao mesmo tempo, simbólica e efetiva.

11/02/21

Somos seres transientes que acreditam na eternidade e vivem como se não houvesse amanhã.

12/02/21

A arrogância é o cartão de visita da ignorância.

13/02/21

Poeminha do carnaval que não há
Máscaras sem fantasias
Almas sem alegria
Não ecoam os tambores
Não se encontram amores
Que nascem na folia
Momo cancele o reinado
Não há o que ser festejado
Guardem-se as serpentinas
Encerrem-se as cortinas
O dia das cinzas foi antecipado.

Antes do fim, o começo. E depois, uma sucessão de eventos aos quais creditamos, mais a uns, menos a outros, o comando da nossa vontade. Precisamos crer que controlamos tudo o que nos acontece, que por detrás de todos os acontecimentos estamos nós, a razão causal e suficiente deles. O acaso? É somente uma fresta que nos escapa momentaneamente. Talvez criada por uma Vontade que paira acima das nossas vontades individuais. A ilusão de um propósito é a nossa tábua de salvação. A crença apazigua, a dúvida angustia. Qual seria o sentido da finitude se não fosse a esperança de vencê-la? Queremos evitar a todo custo a imensa solidão que nos acompanha no começo e no fim. A invenção do ego nos permite pensar que atravessamos a vida em companhia e que, para além do limite da finitude, permaneceremos em companhia. Seja de outros egos como nós, seja do “Ego sum” a partir do qual nossos egos individuais existem. Somos ao mesmo tempo os criadores da estória e os ávidos leitores da sua ilusão.

*

O corpo é, todo ele, uma fronteira.

16/02/21

Os monstros que Don Quijote de La Mancha combatia eram moinhos de vento. Os desvalidos “quijotes” de hoje lutam contra vacinas de vento. Os monstros da novela eram imaginários. Os monstros de hoje são reais e perigosos, porquanto desprezam as vidas alheias. Vidas que, por ofício, deveriam ajudar a preservar. Como Cervantes os descreveria se pudesse retratá-los?

17/02/21

Questão do dia:

Há limite para o que uma democracia deve tolerar? Noutras palavras, a democracia deve tolerar ilimitadamente o intolerante? O sabor da resposta a essa questão demonstra o gosto pela democracia de quem a responde.

A ideia de uma multiplicidade absolutamente infinita ou inconsistente é um pensamento recorrente. Trata-se de uma multiplicidade de elementos que jamais formarão uma unidade ordenada.

Quando olho para o mundo da vida, torna-se cada vez mais claro, para mim, que vivemos exatamente nesse tipo de multiplicidade.

Para uma civilização, a sua unidade ordenadora é, certamente, a organização sócio-política. Assim foi durante muito tempo. Mas desde a segunda metade do último século, depois das experiências extremas do totalitarismo - que representava o aspecto mais negativo da unidade ordenadora, expressada pelo termo alemão "Gleichschaltung" -, estamos num mundo em que as ideias de ordem e de unidade migraram da política para a economia global.

A revolução produzida pela internet, no final dos anos 1990 e início desse século, introduziu-nos numa dimensão global paralela e jamais vivida até então. Passamos a conviver com duas realidades bem distintas: uma, concreta, ainda abrigada pela antiga ideia dos Estados nacionais (último bastião da unidade ordenadora), com suas fronteiras físicas bem delineadas; a outra, destituída de territorialidade, um espaço multidimensional, sem fronteiras.

Esta última ampliou infinitamente o alcance de uma economia global. Onde não há fronteiras, não há também mais a influência da unidade ordenadora do Estado (não é à toa que os Estados insistem em regulamentar a internet).

O mundo desterritorializado da internet é o campo de ação das grandes empresas globais, principalmente das empresas de tecnologia. A novidade é que a dependência da tecnologia no dia a dia do homem contemporâneo, misturou as duas realidades, transformando-as numa única e mesma realidade, o que introduziu várias antinomias nas sociedades contemporâneas. A principal delas é a que instaura a contradição entre a cidadania (pertencente à unidade ordenadora) e a individualidade, ou a liberdade de escolher-se apenas a si mesmo em detrimento do todo.

Parece-me que essa antinomia está sendo superada pelo desejo crescente da individualização. Em parte, por conta do trabalho bem executado pelas grandes empresas de tecnologia, que individualizam cada vez mais os seus serviços, produzindo, assim, uma nova ordem sem unidade.

Como isso afeta a política? Eis uma pergunta que merece toda a atenção. Embora eu não tenha as respostas bem pensadas para esse questionamento, não deixo de ter a intuição de que o processo de individualização promovido pelas grandes empresas de tecnologia afeta a política a partir da ruptura do conceito de cidadania, ao se contrapor a ele o conceito de consumidor.

22/02/21

Chamamos de realidade a maneira pela qual nossos cérebros persistem em nos iludir.

08/03/21

Quem vejo no espelho não sou eu.
Não tenho aparência comigo.
Sou o outro do outro que se vê.
Em mim o ego não tem abrigo.
Não sou idêntico em nada.
Àquela estranha figura refletida.
Sou e não sou ao mesmo tempo,
Não tenho identidade definida.
Sou puro devir, sou passagem.
Organismo mutável, impreciso.
Corpo em uma longa viagem.
Cujo fim me chega sem aviso.

12/03/21

Aquieta-te espírito, a noite há de durar.
Enquanto contas teus mortos,
Como navios saídos dos portos
A caminho do alto mar.
Aquieta-te coração, a manhã sobrevirá.
Dos campos da paz a memória
De toda ignomínia se erguerá,
Marcando para sempre a história.

“Bendito seja o mesmo sol de outras terras

Que faz meus irmãos todos os homens

Porque todos os homens, um momento no dia, o olham como eu (...)”

Alberto Caeiro

Olhamos ainda o mesmo sol? Irmanamo-nos ainda mirando na mesma direção? Ou cada um cultiva a sua própria imagem solar? Ou nos estranhamos, distanciando-nos cada vez mais uns dos outros? O simbolismo da comunhão imaginada por Caeiro não passa de um desejo pueril, porém sincero. Pueril porque a história da humanidade aponta noutra direção. Sincero porquanto evoca o homem primordial, um modelo metafísico da humanidade pura, a-histórico, imaculado. O que é e o que deveria ser.

“O que é” vivenciamos cotidianamente. Abandono, desprezo, exploração. “O que deveria ser” permanece uma distante utopia, um sonho metafísico.

17/03/21

Da impredicabilidade do nada

Somente o ser é predicável. O vazio é a sua ausência. O não-ser é a sua negação.
A morte é o seu desaparecimento.

O único predicado do nada é o impredicável.

Sempre retorno à questão “por que antes o ser e não o nada?”. E a cada vez, ela me parece mais impossível de responder. Mesmo corrigindo o seu aspecto metafísico, como queria Heidegger, não confundindo o ser com o ente, a resposta permanece distante. Em termos puramente ontológicos a questão recua até as condições fundamentais para que o ser se manifeste no ente. No entanto, esse recuo parece se deter no ser autossuficiente. Seja ele o “ato-puro de ser” aquiniano ou a “natura naturans” de Espinosa. Em última instância há sempre o ser como princípio. Esse fato me leva a crer que a dimensão do nada não corresponde ao inteligível. Sempre que exercitarmos o pensamento lógico-racional para tentar apreender o nada, ele nos escapará. O pensamento lógico-racional tem base na linguagem. E a ordem da linguagem é a ordem do ser. Daquilo que é predicável. Não se pode predicar o nada. É esse o seu paradoxo. O nada, impredicável, não pertence à ordem do ser e, portanto, à da linguagem. Contudo, pode-se intuí-lo. Na intuição, o nada torna-se subitamente apreensível. Mas a sua apreensão é menos um exercício da consciência do que uma “invasão”, uma “tomada”.

SOBRE O AUTOR

MARCOS GIUSTI - Formado em Filosofia pela UERJ, com mestrado em Filosofia pela UERJ e doutorado em Epistemologia pelo HCTE-UFRJ. Atualmente é professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

MEDITAÇÕES MEDITAÇÕES PANDÊMICAS:

Solilóquios de um professor de
filosofia em quarentena

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 Atena
Editora

Ano 2021

MEDITAÇÕES MEDITAÇÕES PANDÊMICAS:

Solilóquios de um professor de
filosofia em quarentena



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021